

II Conferência Internacional sobre  
Cultura & Sociedade -  
**Que Literacia(s) para uma Justiça Económica e  
Social?**

**Livro de Resumos**



**Coordenação**

Hilarino da Luz  
Martins Mapera  
Noemi Alfieri  
Esperança Ferraz  
Mbiavanga Fernando  
Fernando Kafunda  
Cristóvão Séneta  
Elizabeth Olegário  
Pedrito Cambrão  
Moisés de Lemos Martins

## **FICHA TÉCNICA**

### **Título**

II Conferência Internacional sobre Cultura & Sociedade - Que Literacia(s) para uma Justiça Económica e Social? – Livro de Resumos

### **Coordenação**

Hilarino da Luz (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal)  
Martins Mapera (Universidade de Zambeze, Moçambique)  
Noemi Alfieri (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal)  
Esperança Ferraz (UL-FaArtes, Angola)  
Mbiavanga Fernando (CEM / ISCED – Luanda, Angola)  
Fernando Kafunda (Lev 'Arte, Angola)  
Cristóvão Séneta (Universidade Zambeze, Moçambique)  
Elizabeth Olegário (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal)  
Pedrito Cambrão (Universidade Zambeze, Moçambique)  
Moisés de Lemos Martins (Universidade do Minho, Portugal)

### **Autores**

Vários

### **Editor**

CHAM – Centro de Humanidades  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da  
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores  
Av.<sup>a</sup> de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa | Portugal  
cham@fcsch.unl.pt | www.cham.fcsch.unl.pt

### **Local e data de publicação**

Lisboa, Maio de 2021

### **ISBN (Electrónico)**

978-989-8492-80-7

© CHAM e Autores.



Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (CC BY 4.0).

Este evento e esta publicação tiveram o apoio do CHAM (NOVA FCSH/UAc), através do projecto estratégico financiado pela FCT (UIDB/04666/2020).

### **Autor da imagem da capa**

Alcindo da Luz (TCHINDO)



*A intelectualidade sem sentimento  
Nobre, sem visualizar a criação, não  
pode ter significado; poderá até  
produzir miséria e guerra.*

Nilton Almeida & Célia Almeida.

## **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Martins Mapera (UniZambeze, Moçambique)  
Cristóvão Felisberto Séneta (UniZambeze, Moçambique)  
Hilarino da Luz (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal)  
Noemi Alfieri (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal)  
Elizabeth Olegário (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal)  
Mbvianga Fernando (CEM-ISCED, Angola)  
Afonso Miguel (CEM-ISCED, Angola)  
Moisés de Lemos Martin (CECS/UMinho, Portugal)  
Esperança Ferraz (UL-FaArtes, Angola)  
Fernando Pessoa Kafunda (Lev 'Arte, Angola)  
Carlos Eva (Lev'Arte, Angola)

## **COMISSÃO EXECUTIVA**

Moreira Rêgo (UniZambeze, Moçambique)  
Harold Juvenal Chate (UniZambeze, Moçambique)  
Hermínio Mucanze, Design (UniZambeze, Moçambique)  
Emílio Jovando Zeca, Editor da Revista Científica (ISCTAC, Moçambique)

## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Pedrito Cambrão (Universidade Zambeze, Moçambique); Abreu Paxé (ISCED Luanda); Adelino Esteves Tomás (Universidade Save, Moçambique); Afonso Miguel (CEM / ISCED – Luanda, Angola); Amália Melo Lopes (Universidade de Cabo Verde); Ana Mafalda Leite (Universidade de Lisboa, Portugal); Anastácio Ndapassoa (Universidade Católica de Moçambique); António C. P. Gonçalves (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique); António Domingos Braço (Universidade Licungo, Moçambique); António Manuel Ferreira (Universidade de Aveiro, Portugal); António Ucama (Universidade Católica de Moçambique, Moçambique); António Xavier Tomo (Universidade Pedagógica, Moçambique); Arcénio Cuco (Universidade Rovuma, Moçambique); Aurora Almada e Santos (Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Bento Rupia Júnior

(Universidade Pedagógica, Moçambique); Bernardino Cordeiro (Universidade Pedagógica, Moçambique); Camilo Francisco Cuna (Universidade Licungo, Moçambique); Carlinda Fragale Pate Nunez (Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil); Catarina Salgado (Universidade de Lisboa, Portugal); Cátia Miriam Costa (CEI-ISCTE, Portugal); Celestino Joanguete (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique); César Faria (Universidade Lúrio, Moçambique); Cristina Brito (Universidade NOVA de Lisboa); Cristóvão Felisberto Seneta (Universidade Zambeze, Moçambique); Denis Leandro Francisco (Universidade Federal de Goiás, Brasil); Dora Oriana Pires (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde); Elísio Macamo (Universidade de Basileia, Suíça); Elter Manuel Carlos (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde); Everton V. Machado (Universidade Católica, Portugal); Fátima Brito Monteiro (Universidade de Lisboa, Portugal); Feliciano José Pedro (Universidade Rovuma, Moçambique); Francisco Chimica (Universidade Licungo, Moçambique); Francisco Topa (Universidade do Porto, Portugal); Gabriel Fernandes (Universidade de Santiago, Cabo Verde); Hilarino da Luz (Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Isabel Macedo (Universidade do Minho, Portugal); Isaú Menezes (Instituto Superior de Artes e Cultura, Moçambique); João Luís Lisboa (Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); João Teixeira Lopes (Universidade do Porto, Portugal); João Veloso (Universidade do Porto, Portugal); José Marra (Universidade Licungo, Moçambique); Júlio Frias (Universidad del Atlántico, Colômbia); Júlio Taimira Chibemo (Instituto Superior de Ciências, Tecnologia, Moçambique); Justino Felisberto Justino (Universidade Zambeze, Moçambique); Luís Rodrigues (Universidade de Santiago, Cabo Verde); Margarida Amaro (Universidade NOVA de Lisboa, Portugal); Margarida Rendeiro (Universidade Lusíada de Lisboa, Portugal); Maria de Fátima Fernandes (Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde); Maria do Rosário Monteiro (Universidade NOVA de Lisboa); Maria Fernanda Brasete (Universidade de Aveiro, Portugal); Maria Luísa Lopes Chicote (Universidade Rovuma, Moçambique); Maria Raquel Álvares (Universidade de Lisboa, Portugal); Martins Mapera (Universidade de Zambeze, Moçambique); Massimo Leone (Universidade de Turim, Itália); Mbiavanga Fernando (CEM / ISCED – Luanda, Angola); Miguel José Mussequejua (Universidade Zambeze, Moçambique); Moisés de Lemos Martins (Universidade do Minho, Portugal); Nataniel Ngomane (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique); Nobre dos Santos (Universidade Zambeze, Moçambique); Orlando Araújo Fontalvo (Universidad del Norte, Colômbia); Rizwane Mubarak (Instituto Superior de Ciências, Tecnologia, Moçambique); Roberta Stumpf (Universidade NOVA de Lisboa); Roberto Vecchi (Università di Bologna,

Itália); Rosa Cabecinhas (Universidade do Minho, Portugal); Rosa Lúcia Coimbra (Universidade de Aveiro, Portugal); Salomão Viagem (Universidade Zambeze, Moçambique); Simone Caputo Gomes (Universidade de São Paulo, Brasil); Teresa Manjate (Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique); Tiago Tendai Chingore (Universidade Licungo, Moçambique); Nobre Roque dos Santos (Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique).

## NOTA PRÉVIA

Quis o destino que a II Conferência Internacional sobre “Cultura & Sociedade - Que Literacia(s) para uma Justiça Económica e Social?” fosse sediada na Universidade Zambeze, no centro de Moçambique, local onde os desastres naturais provocados, muitas vezes, pela acção do próprio homem, têm-se manifestado com frequência e regularidade quase programáticas. Os desastres naturais que assolam esta região do mundo exigem de nós académicos e investigadores uma acção científica estruturada e combinada. Por isso, a agregação de cientistas sociais de várias partes do mundo: África, Europa e América Latina é, desde já, o resultado da capacidade humana de, num tempo tão difícil em que as fronteiras geográficas estão cada vez mais fechadas por causa da Covid-19, reinventar meios simbólicos de aproximação das nossas comunidades científicas.

Os cientistas sociais não podem ficar indiferentes ao mundo, ao que nele se passa, pois, como diz Hessel (2011), “a indiferença é a pior das atitudes”. No mundo inteiro assiste-se hoje ao surgimento de novas estruturas sociais e de organização política e económica ao ritmo frenético e em crescendo de mudanças sociais, proporcionadas por novas formas de percepção do sentido ontológico dos indivíduos. Enfim, estes modos de vida traduzem, em todo o planeta, uma crise sem precedentes com inúmeras facetas e de enorme complexidade na sua compreensão.

Vivemos, portanto, num tempo de incerteza, num mundo que desafia a nossa análise e produção teórica (Beck, 2005). A pandemia da Covid-19, que actualmente assola o mundo inteiro, veio a confirmar o que há muito se sabia: as ciências sociais, a par de outras ciências desempenham um papel crucial, em termos económicos, políticos e sociais, na formação da sociedade do conhecimento (cf. Martins & Macedo, 2019). As discussões sobre o desenvolvimento social, cultural e económico deverão ser feitas de forma integradora, considerando que as nossas comunidades vivem numa aldeia étnica global e, cada vez mais, carente da palavra e da filosofia dos saberes transnacionais e transculturais.

O tempo actual apresenta-se, de facto, como um tempo de grande vulnerabilidade social em que noções como precariedade e desemprego, emprego temporário, individualização das relações sociais, fragilidade dos laços comunitários, feminização da pobreza, desqualificação e atomização social fazem parte do quotidiano da vida. Portanto, vivemos num tempo de crise da banca, do imobiliário, de famílias, dos direitos do homem, do terrorismo simbólico de identidades, cujos efeitos combinados agravam as desigualdades sociais nas nossas comunidades.

Como se chegou a este ponto? E como sair dele? Que alternativas para essas crises? É aqui onde os cientistas sociais são chamados a terem um papel fundamental para elucidar, com o seu saber, as razões das transformações sociais actuais, apontando os sinais de emergência de novas formas de viver, de ser e de estar, e, sobretudo, ensaiando respostas inovadoras às necessidades sociais. Ser académico ou cientista social não nos “despe” nem nos dispensa de sermos cidadãos no sentido político da cidadania. Pelo contrário, exercemos esse papel com visão crítica estruturada.

A produção do conhecimento científico, no campo das Letras e Ciências Sociais, tem a idiossincrasia de resultar, por um lado, da elaboração de problemas de investigação sobre a realidade da qual o cientista social parte, por outro, da necessidade de o cidadão e o investigador viverem em constante simbiose, inextricavelmente ligados e convivendo criticamente com o que em ciências sociais, genericamente, se chama ideologias (senso comum, explicação individualista, explicação naturalista e etnocentrismo, ou seja, concepções, interpretações da realidade social que não tem correspondência nessa realidade – não apresentando, portanto, sustentabilidade empírica –, mas servem para legitimar os interesses de determinados grupos sociais), o que significa naturalizar uma vigilância crítica sobre os processos e os produtos de investigação.

As Letras e Ciências Sociais têm, portanto, impacto na forma como a sociedade se constrói, através da influência que os saberes aí produzidos têm na percepção dos indivíduos sobre a sociedade e como estes indivíduos (re)constróem as acções. O que se coloca em questão é ir além do impacto espontâneo e procurar influenciar a forma como os indivíduos encaram os valores da sociedade.

E porque a Universidade Zambeze se tornou na capital das Letras e Ciências Sociais e Humanas, com a realização desta “II Conferência Internacional sobre Cultura & Sociedade”, esperamos que o evento seja uma verdadeira travessia do conhecimento que possa enriquecer as nossas relações, enquanto comunidades académicas transnacionais e transcontinentais que vivem em contexto plurifacetado.

A todos os participantes, votos de um bom trabalho e que o saber que será partilhado seja útil para o desenvolvimento da ciência e, também, contribua para o bem-estar da sociedade.

27 de Maio de 2021  
**Bettencourt Preto Sebastião Capece**  
(Reitor da Universidade Zambeze, Moçambique)

## ÍNDICE

|                             |    |
|-----------------------------|----|
| Apresentação .....          | 1  |
| Programa .....              | 3  |
| Sessão de abertura.....     | 8  |
| Conferências plenárias..... | 14 |
| Comunicações orais .....    | 19 |
| Sessão de encerramento..... | 68 |

## APRESENTAÇÃO

No seguimento da “I Conferência Internacional sobre Literaturas e Culturas em Língua Portuguesa”, que decorreu no Instituto Superior das Ciências da Educação de Luanda (ISCED-Luanda), Angola, em homenagem ao antropólogo, cineasta e escritor angolano Ruy Duarte de Carvalho (Santarém, 1941, Portugal - Swakopmund, Namíbia, 2010), nos dias 27 e 28 de Novembro de 2019, o CHAM - Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e da Universidade dos Açores; o Centro de Estudos Multidisciplinares (CEM) Eduardo Augusto Kambwa do ISCED-Luanda; o Movimento Literário e Artístico Lev’Arte de Angola; o Centro de Investigação Jurídica, Económica e Social (CIJES) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades (FCSH) da Universidade Zambeze, Moçambique; o Instituto Superior de Ciências e Tecnologias Alberto Chipande (ISCTAC), de Moçambique; e o Centro de Estudos da Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, organizam, nos dias 27 e 28 de Maio, a “II Conferência Internacional sobre Literaturas e Culturas em Língua Portuguesa”.

Esta segunda conferência, a realizar-se na Universidade Zambeze, Moçambique, tem a particularidade de incorporar conteúdos das mais diversas áreas do saber, mormente no domínio das letras e ciências sociais, assim como das ciências jurídicas e económicas. Por essa razão, tem a denominação específica de “II Conferência Internacional sobre Culturas & Sociedade: Que Literacia(s) para uma Justiça Económica e Social?”. A outra razão para a sua extensão temática reside no facto da Universidade Zambeze ter comemorado o seu primeiro decenário, em Dezembro de 2019, configurando-se, para isso, como um impulso que nos leva a abordar temáticas ligadas às artes e humanidades.

Este evento científico, organizado no âmbito da Linha de Investigação de Estudos Africanos do CHAM - Centro de Humanidades (NOVA FCSH/UAc), coordenada pela Professora Doutora Ana Maria Martinho, e do Grupo Cultura e Literatura, coordenado pela Professora Doutora Maria do Rosário Monteiro, configura um espaço de diálogo e de construção de redes internacionais, abordando temas contemporâneos transversais a várias áreas do saber, desde as políticas linguísticas, as políticas jurídico-económicas e sócio-culturais no espaço dos países de língua oficial portuguesa, passando pela problematização crítica do conceito de lusofonia, para chegar à imprensa, à história

intelectual, do livro e da cultura, à edição, às artes e ao impacto da escrita feminina na compreensão do(s) pensamento(s) em língua portuguesa.

Com uma abordagem de tópicos díspares, o programa do evento inclui a sessão de abertura; três conferências plenárias; quarenta comunicações orais livres da autoria de investigadores oriundos de países, como de Portugal, Moçambique, Angola, Brasil e Chile; e com a sessão de encerramento. Está dividido em quatro áreas temáticas: (I) Sociologia, Antropologia, Filosofia e Comunicação; (II) Literatura, Língua, Culturas e Comunicação intercultural; (III) Cultura, Economia e Desenvolvimento Humano; (IV) Justiça, Direitos Humanos, Democracia e Cidadania.

## PROGRAMA

**27 de Maio**

*Mestre de cerimónias* – Cristóvão Seneta (Universidade Zambeze, Moçambique)

**13h30 – 14h00 - Recepção dos participantes**

**14h00 – 15h00 – SESSÃO DE ABERTURA**

**15h00 – 16h15 – Conferências Plenárias**

*Moderador: Hilarino da Luz* (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal)

*Semiótica da cegueira: alteritas na academia*

MARTINS MAPERA (FCSH/Universidade Zambeze, Moçambique)

*Para uma travessia tecnológica e transcultural – o caso do Museu Virtual da Lusofonia*

MOISÉS DE LEMOS MARTINS (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

**16h00-16h15 – Debate**

**16h15-18h00 – Temática I: Sociologia, Antropologia, Filosofia e Comunicação Intercultural**

**16h15 -17h45 - PAINEL I**

*Moderador: Luís Rodrigues* (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal e Universidade de Santiago, Cabo Verde)

*Ensino da Humanidades como Literacia para uma Justiça Económica e Social*

ROSÁRIO COUTO COSTA (ISCTE-IUL, Portugal)

*Tempo, Espaço e Covid-19. A “nova normalidade” e a incerteza no futuro*

VÍTOR DE SOUSA (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

*Retratos Femininos: construção social e representação da mulher nos manuais escolares de Portugal e Moçambique*

ALICE DUTRA BALBÉ & ELAINE TRINDADE (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

*Quem quer ser apagada? Representações de género nos manuais escolares*

ROSA CABECINHAS

*Violência contra a mulher: práticas e representações sociais*

ADELINO ESTEVES TOMÁS (Universidade Save, Moçambique)

*Práticas Artísticas e Performativas Contemporâneas na Salvaguarda de Tradições Orais*

MARIA ISABEL LEMOS (ISCTE-IUL, Portugal)

**17h45-18h00 Debate**

**18h00 – 21h50 - Temática II: Literatura, Língua, Culturas e Comunicação Intercultural**

**18h00 – 20h00 - PAINEL I**

*Moderador:* Feliciano José Pedro (Universidade Rovuma, Moçambique)

*A representação da cidade de Luanda e o reconhecimento da identidade angolana no período pós-colonial, em “Nós, os do Makulusu”, de José Luandino Vieira*

JULIANA SANTOS MEZEZES (Instituto Federal da Bahia, Brasil)

*Os lugares romanescos como signos da tragédia em “As Naus, de António Lobo Antunes”*

CRISTÓVÃO F. SENETA (FCSH/Universidade Zambeze, Moçambique)

*Arandir: o anti-herói subalterno brasileiro*

MAÍRA NEIVA GOMES (Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, Brasil)

*A voz de Moçambique: discursos sobre literatura, arte e censura (1961-64)*

NOEMI ALFIERI (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal)

*Criação, pensamento e ativismo na prosa de autoria afrodescendente da literatura portuguesa contemporânea*

LIZ MARIA TELES DE SÁ ALMEIDA (Universidade de Évora, Portugal)

*Problematização da periodização da literatura cabo-verdiana*

HILARINO DA LUZ (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal)

*Cinema memória e imaginário: o caso das coproduções em língua portuguesa*

ISABEL MACEDO & MOISÉS LEMOS MARTINS (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

**19h45 – 20h00 – Debate**

**20h00 – 21h50 - PAINEL III**

*Moderador:* Nobre Roque dos Santos (Universidade Pedagógica de Maputo, Moçambique)

*Porosidade entre Literatura e Sociedade: uma análise semiótica da ancoragem realista presente em Na Aldeia dos Crocodilos, de Adelino Timóteo*

JUMA MANUEL (Universidade Púnguè, Moçambique)

*Infância e oralidade em João Guimarães Rosa e Mia Couto*

MARIA SHTINE VIANA (CHAM e IELT, NOVA FCSH, Portugal)

*O Papel do Jornal no Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa: um catalisador para o gosto pela leitura*

BRAIN DANIEL TACHIUA (Universidade Licungo, Moçambique) & NILDO EUGÉNIO DIOGO (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Lúrio, Moçambique)

*Representação de vozes femininas em “Mornas eram as noites”, de Dina Salústio*  
MARIA RAQUEL ÁLVARES (CLEPUL, FLUL, Portugal)

*Os fardos da calamidade*  
MARGARIDA AMARO (ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA, Lisboa, Portugal / CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura Urbanismo e Design)

*A Literatura Africana nos Suplementos Literário: Artes e Letras e Cultura e Arte (1951 a 1959)*  
ELIZABETH OLEGÁRIO (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal)

**21h30-21h50 - Debate**

---

**28 de Maio**

**14:00 – 14:40 – Conferência Plenária**

*Moderadora: Noemi Alfieri* (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal)

*Lisboa póscolonial e as invisibilidades da memória a partir dos Contos de Lisboa de Mónica de Miranda: Contributos para uma Reflexão sobre Literacia para uma maior Justiça Económica e Social*

MARGARIDA RENDEIRO (CHAM, NOVA FCSH/UAc e Universidade Lusíada, Portugal)

**14h30 – 14h40 – Debate**

**Comunicações Orais**

**14h40–17h40 - Temática II: Literatura, Língua Culturas e Comunicação Intercultural**

**14h40 – 15h55 - PAINEL I**

*Moderador: João Luís Lisboa* (CHAM, NOVA FCSH/UAc)

*A Arte, a Inclusão e as TIC'S*  
ISAÚ J. MENESES (Instituto Superior de Artes e Cultura - ISArC, Moçambique)

*O Cinema como mundividência Cultural e Social: diálogos intersemióticos através da Literacia Fílmica*  
LUÍS MIGUEL CARDOSO (Instituto Politécnico de Portalegre Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa Portugal)

*Turismo Cultural e os Seus Impactos nas Comunidades Receptoras*  
LEONÍLDIA DOS ANJOS FIDALGO FULANO (Instituto Superior de Artes e Cultura  
– ISArC, Moçambique)

*Funk e Amefricanidade*  
MAÍRA NEIVA GOMES (Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG, Brasil)

**15h40-15h50 – Debate**  
**15h50 – 17h45 - PAINEL II**

*Moderadora:* Elizabeth Olegário (CHAM, NOVA FCSH/UAc, Portugal)

*A Guinada Cultural nos Estudos do Turismo: Por uma Epistemologia Crítica*  
ALBERTO JOSÉ MATHÉ (Universidade Save, Moçambique)

*Cartas com ciência para inspirar crianças nos países lusófonos*  
Maria Alves & Rafael Galupa (Laboratório Europeu de Biologia Molecular em  
Heidelberg, Alemanha)

*Diversidade cultural moçambicana: um olhar pela identidade da cultura cibarke e  
globalização em Moçambique*  
ZEFANIAS JONE MAGODO (Instituto Superior Politécnico de Manica, Moçambique)

*Práxis universitária em Moçambique: do ethos à legitimação do discurso*  
FRANCELINO WILSO (Universidade Púnguè, Moçambique)

*O nome e a memória*  
MARIA SUCA FRANCISCO TONA (ISCED-Cabinda, Angola)

*A mulher na literatura angolana: onde estão e quem as lê?*  
ELSA JOSINA ANTÓNIO (UnIA e Complexo Escolar do Ensino Especial, Angola)

*Relações, intercâmbio e tendências da actual literatura dos países de língua portuguesa*  
AMOSSE MUCAVELE (Poeta e jornalista cultural, Moçambique)

**17h35-17h45 – Debate**

**17h45 – 19h45 - Temática III: Cultura, Economia e Desenvolvimento Humano**  
**17h45 – 19h10 - PAINEL I**

*Moderador:* Manuel Gama (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

*A Planificação do Desenvolvimento Inclusivo na Agenda Governativa em Moçambique:  
A Experiência dos Programas Quinquenais” do Período 2005-2019*  
ANDRÉ VICTORINO MINDOSO (Universidade Rovuma, Moçambique)

*Cultura e Meio Ambiente: relação teórica e contribuições para o desenvolvimento  
sustentável em Moçambique*  
BELARMINO AUGUSTO LOVANE (Universidade de Los Lagos, Chile)

*A Universidade e o Mercado de Trabalho Global*  
ANA MIGUEL GONÇALVES CARVALHO (Universidade Aberta, Portugal)

**18h30-18h40 – Debate**  
**18h40 – 19h15 - PAINEL II**

*Moderador:* André Victorino Mindoso (Universidade Rovuma, Moçambique)

*Análise dos Pressupostos para uma Gestão Sustentável dos Resíduos Baseado no Modelo de Economia Circular em Moçambique: Perspetivas para o ano 2050*  
TOMÁS DE AZEVEDO JÚLIO (Universidade Zambeze, Moçambique)

*Cultura e Desenvolvimento: projetos culturais moçambicanos enquadrados na Agenda 2030*  
MANUEL GAMA (CECS, Universidade do Minho, Portugal)

**19h10 – 19h15 – Debate**  
**19h15- 20h25 - Temática IV: Justiça, Direitos Humanos, Democracia e Cidadania**

*Moderador:* Arcenio Cuco (Universidade Rovuma, Moçambique)

*Democracia Participativa e Governação Sustentável no contexto moçambicano*  
PEDRITO CAMBRÃO (Universidade Zambeze, Moçambique)

*As Contravenções em Moçambique: breve olhar à sua juridicidade*  
JUSTINO FELIZBERTO JUSTINO (Universidade Zambeze, Moçambique)

*O Direito à Cidade: biopolítica, ambiente e direitos humanos em “Aquarius”*  
BÁRBARA NATÁLIA LAGES LOBO (Universidade Autónoma de Lisboa, “Luís de Camões” / Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas Ratio Legis, Portugal)

*John Rawls e a Justiça como Equidade*  
ELANORA GONDIN (UFPI, Piauí, Brasil)

**20h15-20h25 – Debate**  
**20h25-21h00 - RECITAL DE POESIA**

Movimento Artístico e Literário Lev’Arte, Angola  
Associação Literária de Santo Antão (ASLA), Cabo Verde

**21h00-21h30 - SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

## SESSÃO DE ABERTURA

**Martins Mapera**

(FCSH/Universidade Zambeze, Moçambique)

*Comunidade do conhecimento, promessa e travessia das culturas*

Em *Comunidades imaginadas*, Benedict Anderson fazia uma reflexão sobre a situação das ciências sociais e da história em Portugal, no Brasil e nas nações africanas que lutaram contra a colonização portuguesa. O contexto situacional é muito complexo: se, naquele tempo, era difícil comparar as faculdades de escala e os sonhos cósmicos dos académicos dos países falantes do português, hoje, a história desafia-nos a edificar pontes e travessias culturais, organizados em comunidades do conhecimento.

Parafraseando Urbano Sidoncha, dir-se-á que este facto tem expressão na razão cultural da “crise das ciências” e da sua perda de sentido para a vida, explicada, largamente, pelo degredo ou pela não valorização da subjectividade, alimentada sob o signo das ciências matemáticas da natureza, pela sobrevalorização de uma desposada objectividade da vida. A reflexão sobre “cultura e sociedade”, que hoje começa conglomerando académicos de várias partes do mundo lusófono, vai diagnosticar, com certeza, a melhor forma da literacização do conhecimento no espaço da língua portuguesa.

A deriva da concepção académica sobre as artes e culturas e, de forma mais genérica, sobre as humanidades, tem a sua razão no facto de o nosso conhecimento constituir uma disciplina que, vista à luz dos critérios de sua relevância, não pode ser irredutível à filosofia da proscrição de preponderância científica, considerando-a enteada mais desmazelada da ciência. Por isso, o encontro de académicos de Moçambique, Angola, Cabo Verde, Portugal, Brasil e Chile, configura uma verdadeira travessia filosófica das artes, culturas e sociedades, no espaço cosmopolita da humanidade. Aprendemos com a organização deste evento científico, mas sobretudo construímos uma aldeia simbólica de investigadores.

Beira, 27 de Maio de 2021.

**Jorge Figueiredo**

(Embaixador de Cabo Verde em Angola e Moçambique)

*II Conferência Internacional sobre Cultura & Sociedade*

Para começar, gostava, de agradecer penhoradamente o convite que me foi formulado pelos organizadores para presidir a este ato de abertura da **II CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CULTURA & SOCIEDADE**.

Enquanto Embaixador de Cabo Verde acreditado em Angola e Moçambique, devo entender que esta distinção advém do facto de que apesar de representar um pequeno país insular e sem recursos naturais, esse mesmo país soube erigir a Nação Caboverdeana muito antes de alcançar a sua Independência, graças exatamente à contribuição dos nossos grandes fazedores de cultura (poetas, escritores, contistas, linguistas, músicos, artistas, políticos, etc.), de entre os quais pontuo o nosso grande Eugénio Tavares, cuja data de nascimento foi escolhida para o Dia da Cultura Caboverdeana, e Beleza (Francisco Xavier da Cruz), cuja data de nascimento foi escolhida para o Dia da Morna, hoje nomeada pela UNESCO, Património Imaterial da Humanidade. Isto aconteceu porque as caboverdeanas e os caboverdeanos historicamente souberam apostar desde muito cedo no único recurso valorizável que as nossas ilhas têm, que são as suas gentes, mulheres e homens corajosos que, no dizer de Ovídio Martins, aprenderam a comer pedra para não perecerem e não se deixaram vencer pelas intempéries da vida dura a que foram votados, investindo nos filhos, dotando-os do conhecimento possível em cada época da sua existência.

Os nossos fazedores de cultura, os nossos investigadores literários, sociais e das ciências jurídicas, a par dos colegas do mundo lusófono dos quatro cantos do Mundo aqui virtualmente presentes, irão participar, contribuindo com a sua experiência e saber na construção dos objetivos do encontro que de forma resumida pretende – aprofundar o conhecimento literário, cultural, social, económico e jurídico do espaço lusófono e o seu papel nesta aldeia global em que todos vivemos, visando apontar caminhos para se alcançar gradualmente uma melhoria consistente e justa da qualidade de vida do maior número de cidadãos possível.

Sendo assim gostaria também de agradecer aos meus conterrâneos aqui presentes, pois terá sido em parte em vosso nome, minhas senhoras e meus senhores, que este espaço me foi concedido.

Vivemos momentos conturbados da nossa existência, resultantes de fenómenos como as alterações climáticas, a evolução da economia mundial que, infelizmente, persiste em manter e mesmo agravar a divisão entre ricos e pobres, agudizar a pobreza e a fome, impedir milhões de crianças de beneficiarem do ensino/aprendizagem nos espaços escolares, agudizando o analfabetismo primário e secundário. Quando pensávamos que a pandemia da COVID-19 viria amenizar esta condição, afinal pôs a nu uma vez mais o comportamento dos países mais ricos, açambarcando de forma inqualificável as vacinas salvadoras.

A única resposta possível é contribuir de forma persistente na reformulação, na recriação de um novo cidadão e de uma nova cidadania, mais solidária, mais equânime, mais global. Este é o desafio de todos sem exceção, principalmente de vocês, mulheres e homens que se assumem como cientistas da cultura e das sociedades, visionários de um novo SER HUMANO, investigando ininterruptamente, buscando consensos, divulgando resultados em fora e em torno do tema principal, a Ontologia e os desafios da nova modernidade.

Sucessos e BEM HAJA.

Luanda, 27 de Maio de 2021.

**Mbiavanga Fernando**

(Director do Centro de Estudos Multidisciplinares (CEM) Eduardo Augusto Kambwa do ISCED-Luanda, Angola)

*Discurso de abertura. Palavras de circunstâncias*

**Resumo**

Digno Professor Doutor Martins Mapera, Director da FCSH/Universidade Zambeze, Moçambique;

Excelentíssimo Dr. Jorge Figueiredo, Embaixador de Cabo Verde em Angola e Moçambique;

Ilustre Professor Doutor Moisés Lemos Martins, Director do CECS da Universidade do Minho;

Prezada Professora Doutora Cristina Brito, Directora do CHAM, Centro de Humanidades, FCSH-UNL/Uac, Portugal;

Prezado Professor Doutor Bettencourt Preto Sebastião Capece, Reitor da Universidade Zambeze;

Prezados Pré-leitores;

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Serve esta breve reflexão para tecer algumas palavras de circunstâncias sobre a conferência internacional que hoje começa. Falar da cultura e sociedade, ou seja, questionar o papel de literacia(s) para justiça económica e social é interpelar a consciência da universidade e dos universitários. Sendo a universidade uma comunidade dedicada à formação cultural e científica, longe de lhe ser indiferente, os conflitos civilizacionais e a feitura e o uso da ciência ao serviço desses conflitos, compete-lhe tanto pautar por uma cultura elucidada pela ciência, como por uma ciência que esteja ao serviço das sociedades. Não há uma cultura universal, embora haja culturas mais mediatizadas. Todas as culturas são localizadas e limitadas no tempo e no espaço. Elas são como seres vivos que nascem, crescem e morrem. Não obstante a sua contingência, são essenciais à vida e sobrevivência dos homens e das sociedades. Cada ser humano é produto de uma cultura, é ao mesmo tempo fazedor da cultura. É essa cultura, manifestada nas suas variadas formas, que o insere numa determinada comunidade e lhe dá uma identidade cultural, social, histórica e geográfica.

À particularidade de uma cultura contrapõe-se a universalidade da ciência produzida pelos cientistas, na universidade, ou, pelo menos, a respectiva reivindicação. De facto, a ciência reivindica que os seus conhecimentos são válidos em toda a parte, em qualquer parte do mundo ou do universo, independentemente da cultura vigente. Todavia, a ciência é feita por homens concretos, situados no tempo e no espaço.

Um dos elementos da cultura, o mais crucial de todos, é a língua. Ninguém pensa fora dela. É a língua, mais que tudo, que nos distingue dos outros animais e torna a sociedade distinta de todas as outras formas gregárias de existência. Aqui a língua portuguesa sabe muito bem desempenhar esse papel congregador. É também em língua que se realiza a literatura, esse tipo excepcional de conhecimento que se demarca de todos os demais pelo seu carácter objectivo. Na verdade, por mais matematizável que seja um saber, nunca poderá dispensar a língua humana.

Não menos importante para esse particular momento que o mundo vive, é o apelo à promoção de culturas, tolerantes, abertas à diferença, universalistas, sem qualquer pretensão à universalidade. Essa promoção deve ser feita com a prática e uso do espírito de abertura e sobretudo no combate aos preconceitos, baseados no desconhecimento e no medo do outro. De facto, é esse desconhecimento que impede a separação entre diferenças que são pluralidades e diferenças que são ameaças. A ciência deve promover um diálogo fecundo, porque justificado e argumentado com experiências e explicações, entre diferentes culturas. Uma cultura é tanto mais esclarecida e universalista quanto mais estiver aberta à ciência, promovendo-a tanto na investigação como na difusão por todos. Por sua vez, são encolhidas as culturas que praticam actos que indiciam injustiças socioeconómicas. O respeito pelas diferenças que uma cultura deve ter perante outras culturas não se pode estender aos preconceitos e às formas de opressão dos direitos universais de qualquer ser humano que essa cultura possa encerrar. É inaceitável, por exemplo, que em nome de uma cultura, crença ou modo de vida, uma criança não seja vacinada, ou impedida de ir à escola, uma comunidade não tenha acesso à bem-estar social. Tudo isso resume-se numa injustiça social.

Bem-haja! E sucessos nas actividades.

Muito obrigado!

Luanda, 27 de Maio de 2021.

**Cristina Brito**

(Diretora do CHAM, NOVA FCSH/UAc\*)

*CHAM – Centro de Humanidades da NOVA FCSH e da Universidade dos Açores  
O nosso mundo comum através da lente das Humanidades*

O CHAM – Centro de Humanidades – é uma unidade de investigação inter-universitária do sistema científico nacional português que conta com mais de 200 investigadores, 9 grupos de investigação e 7 linhas temáticas. Estando sedeados em Lisboa e em Ponta Delgada, estamos em permanente contacto com diversos pontos do globo, seja através de projetos de investigação, mas também das nossas redes de cooperação e intercâmbio de investigadores, docentes e estudantes. Investimos, entre outros aspetos, na formação avançada, no acesso aberto, na disseminação científica e contacto com diferentes setores da sociedade civil.

O CHAM propõe-se a olhar o nosso mundo comum através da lente das humanidades. Para isso abordamos questões históricas e questões atuais de um modo dialógico, através de uma investigação de ponta, transcultural, transdisciplinar, global e multi-cronológica.

Num ambiente multi-cultural e colaborativo, o centro reúne investigadores com formação em diversas épocas, desde a Antiguidade ao período moderno e contemporâneo, e de vários campos disciplinares, como a Arqueologia, História da Arte, Património, Literatura, Filosofia e História das Ideias, e de várias áreas da História, desde a História Económica à Social, Cultural, Religiosa ou Política, até à História Ambiental. Muitos dos nossos projetos cruzam ou ultrapassam estes domínios científicos, nalguns casos com pontes para as ciências naturais e exatas. Trabalhamos em diferentes espaços geográficos e empregamos uma perspetiva plural na investigação que fazemos assim como na extensão à sociedade.

Lisboa, 27 de Maio de 2021.

---

\* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa.

## CONFERÊNCIAS PLENÁRIAS

**Martins Mapera**

(FCSH/Universidade Zambeze, Moçambique)

*Semiótica da cegueira: alteritas na academia*<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Semiótica da cegueira; estereótipos; alteritas; poder; mudança de comportamento humano; as questões da ética; do saber ser e saber estar.

### **Resumo**

Dois fenómenos básicos servem como pontos de partida para esta comunicação: por um lado, a cegueira branca, que se propaga de forma espectacular, afectando, em pouco tempo, muitas pessoas que são, depois, recolhidas para a quarentena colectiva e obrigatória; por outro, a metáfora que o texto de José Saramago nos leva a descortinar e as suas virtualidades atemporais, permitindo compreender os estereótipos e alteridades que caracterizam a humanidade de hoje. O texto estabelece relações de interpretação contextualizada com a realidade e com as vivências em todas as áreas político-filosóficas e sócio-culturais. Importa por isso, compreender as figurações e a semântica discursiva do romance, bem como o encadeamento dos significados textuais com a vida actual, a mudança de comportamento humano, as questões da ética, do saber ser e saber estar.

### **Nota biográfica**

Martins Mapera é Professor Associado e Director da Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Zambeze, onde fundou o Projecto de Doutoramento em Língua, Cultura e Sociedade. Doutorou-se pelas Universidades de Aveiro/Minho em Hermenêuticas Culturais, em 2014, tem publicado no âmbito da Literatura, Cultura e Sociedade, Comunicação Intercultural e Estudos Lusófonos. É investigador do Projecto *Culture Past and Present* pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)

---

<sup>1</sup> Este trabalho é desenvolvido no quadro da “*Knowledge for development iniciativa*”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (nº 333162622), no contexto do projeto “*Memories, cultures and identities: how the past weighs on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?*”.

da Universidade do Minho – Portugal. É, actualmente, Membro do Conselho Editorial da Editora Pangeia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Co-organizador da *Revista Guavira Letras*, de Pós-Graduação da mesma Universidade. Das suas publicações destacam-se *Realismo e lirismo em Terra Sonâmbula*, de Mia Couto, e *Chuva braba*, de Manuel Lopes (2015); *Poema aberto e a tela da diversidade* (2017); *Cinzas de cão: ensaios críticos de literatura* (2018). É, igualmente, co-editor de *Educação, cultura e linguagem em Moçambique* (2020); *Didáctica de leitura e escrita* (2020); e autor de diversos artigos científicos publicados em revistas com revisão por pares.

**Moisés de Lemos Martins**

(CECS – Universidade do Minho, Portugal)

*Para uma travessia tecnológica e transcultural - o caso do Museu Virtual da Lusofonia*

**Palavra-chave:** Identidades transculturais e transnacionais; Língua portuguesa; Lusofonia; Museu Virtual da Lusofonia; Travessia tecnológica.

**Resumo**

A experiência contemporânea por excelência é a da travessia tecnológica, e especificamente a experiência das tecnologias da comunicação e da informação. Por um lado, a sociedade tornou-se de comunicação generalizada. E numa sociedade assim, o humano passou a estar mobilizado nas suas práticas, políticas, económicas, sociais, culturais e artísticas, por toda a espécie de tecnologias da informação e da comunicação. Não apenas pelo livro, a fotografia, o cinema e o vídeo, mas também por plataformas móveis de comunicação, informação e lazer; por novas formas de interação social, como *sites*, portais, blogues, repositórios digitais e museus virtuais; e por modelos emergentes de interação, como é o caso das aplicações. Neste contexto tecnológico, que favorece as migrações, assim como as viagens transcontinentais, que sendo cada vez mais rápidas, são mais aéreas que marítimas, e que multiplica as trocas de informação, num contexto que é pós-colonial, tem sentido falarmos de identidades transnacionais e transculturais.

Ser lusófono, ou seja, ser cidadão dos países de língua portuguesa e das suas diásporas, assinala uma condição transnacional, transatlântica e transcultural, acompanhada pelo desenvolvimento de imaginários híbridos, de visões plurais e por vezes conflituais do passado, de representações dinâmicas do outro. Tendo em atenção as suas múltiplas

diferenças – territoriais, culturais e artísticas – os países de língua portuguesa constituem espaços híbridos, policentrados, hierarquizados e assimétricos, que encerram uma diversidade assinalável de narrativas, histórias e memórias, que são desconhecidas dos cidadãos deste espaço, transnacional e transatlântico.

Num mundo globalizado pelas tecnologias da informação e da comunicação, o espaço transcultural dos povos que falam Português não pode deixar de se confrontar com um comum desafio estratégico, dado que partilham, hoje, entre outras subalternidades, a da língua, sendo em permanência empurrados para a periferia da globalização hegemónica, um espaço falado numa única língua, o Inglês. Esta comum condição de subalternidade política dos países de língua oficial portuguesa, que se exprime pela comum condição de subalternidade da sua língua, culturas e conhecimento, é a força motora desta comunicação, que tem como objetivo apresentar o Museu Virtual da Lusofonia.<sup>2</sup>

O Museu Virtual da Lusofonia é uma plataforma de cooperação académica, em ciência, ensino e artes, no espaço dos países de língua portuguesa e das suas diásporas, que se estende também à Galiza, à Região Autónoma de Macau e a Goa, reunindo num esforço comum Universidades, com projetos de investigação e de ensino pós-graduado na área das Ciências da Comunicação e dos Estudos Culturais, empresas da área da cultura (editoras, por exemplo), assim como empresas de produção de conteúdos audiovisuais e multimédia, e ainda associações culturais e artísticas, todos interessados, universidades, associações e empresas, na construção e no aprofundamento das narrativas culturais, artísticas, tecnológicas e científicas que são tão determinantes quanto determinadas pela relação histórica entre estes países.

Além disso, o Museu Virtual da Lusofonia, sendo uma plataforma virtual, pretende ainda constituir-se como um instrumento de mediação para a participação ativa dos cidadãos na (re)construção de uma memória coletiva, convidando-os a disponibilizar registos e a comentar materiais preservados no Museu, trabalhando deste modo no aprofundamento de um sentido de comunidade.

---

<sup>2</sup>Este trabalho é desenvolvido no quadro da “*Knowledge for development initiative*”, pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. (nº 333162622), no contexto do projeto “*Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?*”.

## Nota biográfica

Moisés de Lemos Martins é Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É diretor da revista *Comunicação e Sociedade*, da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (RLEC) e da *Vista*. Doutorado pela Universidade de Estrasburgo em Ciências Sociais (na especialidade de Sociologia), em 1984, tem publicado, no âmbito da Sociologia da Cultura, Semiótica Social, Sociologia da Comunicação, Semiótica Visual, Comunicação Intercultural, Estudos Lusófonos. Dirigiu, durante dez anos, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Presidiu à Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação; à Lusocom – Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação; e à Confibercom – Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

## Margarida Rendeiro

(CHAM, NOVA FCSH/UAc\* e Universidade Lusíada de Lisboa)

*Lisboa póscolonial e as invisibilidades da memória a partir dos Contos de Lisboa de Mónica de Miranda: Contributos para uma Reflexão sobre Literacia para uma maior Justiça Económica e Social*

**Palavras-chave:** Mónica de Miranda; Lisboa; ativismo; memória, literacia

## Resumo

Integrada no seu lato projeto *Pós-Arquivo*, *Contos de Lisboa* foi uma exposição organizada por Mónica de Miranda, artista visual e investigadora luso-angolana, que esteve patente ao público no Arquivo Municipal de Lisboa (AML) em 2020 e do qual resultou um catálogo publicado pelo AML. Esta exposição reuniu um acervo de 10 anos de registos documentais fotográficos, sonoros e em vídeo de vários bairros situados na periferia de Lisboa, alguns deles já demolidos, tais como o Bairro 6 de Maio e a Azinhaga dos Besouros. Os chamados bairros informais situa(va)m-se ao longo da Estrada Militar de Defesa de Lisboa (Estrada Militar Caxias-Sacavém), construída na segunda metade do

---

\* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa.

século XIX para proteger a capital contra invasões estrangeiras. *Contos de Lisboa* refletiu sobre as várias camadas que compõem o tempo e a geografia da Lisboa póscolonial, incluindo uma instalação de som e fotografia que retratou seis casas que foram alvo de demolição e contou com a colaboração das autoras Djaimilia Pereira de Almeida, Yara Monteiro e Telma Tvon que, juntamente com Ondjaki e Kalaf Epalanga, foram convidadas a escrever pequenos contos e a imaginar as vidas que poderiam estar ligadas a determinados objetos recolhidos por Miranda nas imediações das casas demolidas. Esta exposição serve de ponto de partida para uma reflexão sobre a forma como o ativismo, trabalhando sobre o efeito das políticas de memória póscolonial, expõe a invisibilização da polifonia de vozes e experiências que deve presidi-las. Esta exposição realçou a forma como esta invisibilização tem acompanhado, sob o ponto de vista social e económico, pela exclusão e marginalização que se manifestam em Lisboa enquanto cidade póscolonial.

### **Nota biográfica**

Investigadora integrada em Pós-Doutoramento no CHAM - Centro de Humanidades (NOVA FCSH/UAc), a sua investigação de Pós-Doutoramento centra-se na pós-memória do 25 de Abril de 1974, intitulando-se *Memória e Utopia em Portugal depois de 1974: Os herdeiros da Revolução de Abril*. É, igualmente, Professora Auxiliar na Universidade Lusíada de Lisboa. Os seus interesses de investigação versam os estudos culturais e literários portugueses contemporâneos. É doutorada em Estudos Portugueses pela Universidade King's College, em Londres (2009+8). É vice-coordenadora do Grupo de Cultura e Literatura no CHAM. É autora de *The Literary Institution in Portugal: An Analysis under special consideration of the Publishing Market* (Peter Lang 2010) e co-organizadora de *Challenging Memories and Rebuilding Identities* (Routledge 2019). Publicou vários artigos em revistas com arbitragem científica e capítulos em livros, igualmente submetidos com arbitragem científica e tem participado em diversas conferências que se debruçam sobre Estudos Portugueses.

## COMUNICAÇÕES ORAIS

**Rosário Couto Costa**

(Investigadora independente, Portugal)

*O ensino das humanidades como literacia para uma justiça económica e social*

**Palavras-chave:** Humanidades; universidade; transformações sociais; organizações internacionais; recursos humanos.

### **Resumo**

A nível geral e global, as humanidades na Universidade têm sido desvalorizadas nas décadas mais recentes (tendência\_1). Um dos efeitos dessa desvalorização tem sido a menor presença das humanidades na sociedade, em particular no mercado de trabalho. A par desta tendência, ocorreu, entretanto, uma série de transformações, entre as quais a intensificação das desigualdades sociais (tendência\_2). Da coexistência destas duas tendências, surge a questão de saber em que medida a primeira é um dos fatores que foi permitindo a segunda. Estas ideias foram aprofundadas e documentadas num estudo sobre as dinâmicas das humanidades (Costa, 2016), de onde se pode concluir que fragilizar a formação nestas áreas do conhecimento condiciona negativamente uma justiça económica e social. Uma das metodologias usadas foi a análise de documentos políticos de organizações internacionais, publicados perto do ano 2000, e a observação do seu impacto em vários países. Nesta comunicação, depois de feito o necessário enquadramento, o objetivo é analisar as políticas recentes de organizações internacionais que possam influenciar o ensino superior, quer globais quer específicas para o continente africano. À luz dos conhecimentos adquiridos com o mencionado estudo, mas interpretando agora políticas atuais, vigentes em 2020, vinte anos depois, pretende-se refletir sobre os dilemas que essas políticas colocam hoje às estratégias nacionais: avançar para um apagamento das humanidades na sociedade, ainda que indiretamente, ou, pelo contrário, reforçar aí a sua presença? As vantagens de um país poder contar com recursos humanos com uma educação sólida em humanidades também serão expressamente identificadas.

## **Nota biográfica**

Rosário Couto Costa, investigadora independente, é Doutora em Sociologia (2016), pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa; Mestre em Economia e Gestão de Ciência e Tecnologia (1997), pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão; Pós-graduada em Ciências Documentais, opção Documentação e Biblioteca (1990), pela Universidade de Lisboa e Licenciada em Filosofia (1987), pela Universidade NOVA de Lisboa. Tem uma vasta experiência profissional, nomeadamente na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT); no Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES); na Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica (JNICT); e no Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI). Participou na organização da Conferência Europeia das Humanidades 2021 e na Coordenação das equipas técnicas da FCT que asseguraram a elaboração das agendas temáticas de Investigação e Inovação, Inclusão Social e Cidadania e Cultura e Património Cultural.

## **Vítor de Sousa**

(CECS-Universidade do Minho, Portugal)

*Tempo, Espaço e Covid-19. A “nova normalidade” e a incerteza no futuro*

**Palavras-chave:** Teoria da Relatividade; velocidade; confinamento; vida social; metafísica.

## **Resumo**

Ao contrário da lógica “canónica” de Newton, em que tempo é uma coisa e espaço, outra, Albert Einstein, na sua Teoria da Relatividade, revolucionou o conceito, sustentando que o tempo é uma das dimensões do espaço: quanto mais intensas forem as suas magnitudes, maior poderá ser a deformação do espaço-tempo. O que, em tempos de confinamento social decorrente da pandemia da Covid-19, pode configurar um contrassenso já que, para um corpo que está tendencialmente parado, o tempo corre com velocidade máxima. No confinamento, a vida está circunscrita de uma forma nova e com a liberdade limitada. E é aqui que poderá residir o problema. No quadro da Teoria da Relatividade, a velocidade é máxima para um tempo parado. Ao contrário, quando o tempo social é encarado com “normalidade” (em que há interação presencial com o “outro”), o corpo movimenta-se, ganha velocidade na dimensão do espaço. Há, por isso, que desacelerar, movimentando o corpo. Que inclui o cérebro, que por sua vez se serve de invólucro esse corpo para se

dimensionar num pretense desconfinamento, nem que seja mental, mas que se quer efetivo e eficaz. E que pode desembocar numa metamorfose kafkiana. Tendo presente que o tempo constituiu uma das dimensões do espaço, é difícil ter certezas sobre dinâmicas de confinamento ao longo de um determinado tempo e as suas repercussões futuras. Sendo certo que o futuro será (ainda mais) incerto do que o costume, esse será o “novo normal”. Na física, na vida social e, logicamente, também na metafísica.

### **Nota biográfica**

Vítor de Sousa é Doutor em Ciências da Comunicação (Comunicação Intercultural), pela Universidade do Minho (“Da ‘portugalidade’ à lusofonia”); Mestre (Educação para os Média); e Licenciado (Informação e Jornalismo) na mesma área. A sua pesquisa centra-se nos Estudos Culturais, Educação para os Média, Teorias do Jornalismo e Estudos do Tempo. Desde março de 2019 que é investigador contratado no CECS (FCT/Universidade do Minho), admitido por concurso público internacional. Integra o Grupo de Estudos Culturais e é membro do projecto “Memórias, culturas e identidades: como o passado pesa nas relações interculturais actuais em Moçambique e em Portugal?”; do projecto estratégico; do “Museu Virtual da Lusofonia”; e é responsável pela formação itinerante “Narrativas da História e pós-colonialidade. Mitos, conceitos e problemáticas”. Venceu, em 2016, o Prémio Científico Mário Quartim Graça (Casa da América Latina/Santander Totta) para a melhor tese de doutoramento defendida nos últimos três anos na área das CSH, em Portugal e na América Latina. Foi jornalista (1986-1997) e assessor de Imprensa (1997-2005). [<http://www.cecs.uminho.pt/investigador/vitor-de-sousa>].

**Alice Dutra Balbé**  
&  
**Elaine Cristina Azevedo da Trindade**  
(CECS – Universidade do Minho, Portugal)

*Retratos femininos: construção social e representação da mulher nos manuais escolares de Portugal e Moçambique*

**Palavras-chave:** Manuais escolares; formato retrato; personalidades femininas.

### **Resumo**

Numa sociedade em que há uma superprodução e compartilhamento de imagens se faz cada vez mais relevante o estudo de representações através deste recurso. Este estudo tem como objetivo analisar as imagens, em formato retrato, de personalidades femininas impressas nos manuais escolares em Portugal e em Moçambique, buscando compreender de que maneira a imagem da mulher está representada neste contexto. Para esta pesquisa, serão analisados os manuais escolares de ensino de história, do 8º ao 12º ano, em vigor no ano de 2020, em Portugal e Moçambique. O formato retrato é uma das mais antigas formas de representação social. Seja na pintura, na escultura, na ilustração ou na fotografia, este formato é utilizado para identificar personalidades, em geral, de certa relevância e poder social. O que diferencia o retrato dos demais formatos é o enquadramento dado à imagem: foco na face, geralmente da cintura para cima ou torso. Se pensarmos que os manuais escolares são considerados “um importante recurso pedagógico atuando como guia de orientação das aulas” (Ribeiro, 2005:6) e que estes são instrumentos privilegiados na construção de memórias coletivas, identidades nacionais e representações sociais (Valentim & Miguel, 2018), de que modo a mulher e certas personalidades femininas são representadas nos manuais escolares em vigor nestes dois países? Quantitativamente, quantos retratos de mulher personalidades femininas e quantos de personalidades masculinas estão presentes nestes manuais? Tais dados serão analisados através de uma grelha composta por categorias de análise que permitem a abordagem quantitativa e qualitativa de modo que seja possível uma análise de conteúdo e de representação.

### **Notas biográficas**

Alice Dutra Balbé é Doutorada em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, Mestre em Ciências da Comunicação no ramo de Investigação em Informação e Jornalismo pela mesma Universidade. É membro do Grupo de Trabalho de Jovens Investigadores em Ciências da Comunicação da SOPCOM (Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação). É jornalista por formação e as suas áreas de interesse incluem representações, lusofonia, comunicação ambiental e redes sociais digitais. Atualmente, é bolseira de Pós-doutoramento no âmbito do projeto “*Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?*”, no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) do Instituto de Ciências Sociais, na Universidade do Minho.

Elaine Trindade é Doutoranda em Ciências da Comunicação, na Universidade do Minho. É Mestre em Comunicação e Cultura, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, é bolseira de Mestrado no âmbito do projeto “*Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?*”, no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) do Instituto de Ciências Sociais, na Universidade do Minho e membro do Museu Virtual da Lusofonia. Desenvolve pesquisas na área da comunicação e da cultura com especial interesse em questões da lusofonia, fotografia contemporânea, novas tecnologias de comunicação, imagens por dispositivos móveis, *Google Street View*, *Google Earth* e *Google Arts and Culture*.

### **Rosa Cabecinhas**

(CECS – Universidade do Minho, Portugal)

*Quem quer ser apagada? Representações de género nos manuais escolares contemporâneos*

**Palavras-chave:** Manuais escolares; diversidade; história oficial; memória cultural; estudos de género e interseccionalidades.

### **Resumo**

Nesta comunicação iremos analisar a forma como é representada a agência das mulheres nos manuais de história atualmente em vigor no ensino secundário português. O caso português é particularmente interessante, já que o país viveu uma ditadura de quase meio

século, com uma legislação extremamente penalizadora para as mulheres. Hoje, quase meio século depois da Revolução dos Cravos, qual é o lugar das mulheres nos manuais de história? Quais as mulheres que são nomeadas? Quais têm rosto? Quais têm voz? Quais são apresentadas em biografias ou incluídas em cronologias? Como são retratadas essas mulheres e como é descrita a sua agência histórica? Para responder a estas questões, começamos por fazer uma leitura exploratória de todos os manuais em vigor e em seguida focámos a nossa análise nas imagens de pessoas, nomeadamente nos retratos de homens e de mulheres e no texto circundante. De um modo geral, a análise efetuada demonstra que os manuais continuam a apresentar um quadro historiográfico assente na liderança masculina, sendo que as mulheres continuam a ser apresentadas como confinadas aos papéis domésticos ou profissões de cuidado. Os manuais destacam algumas escassas mulheres como *token*, nomeadamente aquelas que alcançaram elevado nível de reconhecimento internacional em atividades consideradas tradicionalmente masculinas e que são apresentadas como “as primeiras”. As mulheres retratadas às quais é atribuída agência são europeias ou norte-americanas, sendo apresentadas como nobres ou burguesas. Nos nove manuais analisados não há mulheres operárias ou camponesas identificadas com nome, rosto e voz. De um modo geral, os manuais não abordam a amplitude, diversidade e profundidade dos contributos das mulheres na história, e em especial. Apesar de haver alguma preocupação em enquadrar a ação das mulheres em contextos económicos, legislativos, culturais ou políticos mais amplos, estas continuam a ser representadas como uma minoria, ou seja, os manuais em vigor continuam a apagar o contributo das mulheres enquanto agentes históricos nos mais variados domínios.

### **Nota biográfica**

Rosa Cabecinhas é docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, onde dirige o Doutoramento em Estudos Culturais. Tem desenvolvido investigação de natureza interdisciplinar e integra várias associações nacionais e internacionais nas áreas da comunicação, psicologia, educação e estudos culturais. Os seus principais interesses de investigação conjugam as áreas da comunicação intercultural, memória social, representações sociais, identidades sociais e discriminação social. Entre as suas obras, destacam-se os seguintes livros: “Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial” (2017, 2ª edição) e, em co-autoria “De outro género: Propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo”.

## **Margarida Amaro**

(ICNOVA – Instituto de Comunicação da NOVA, Lisboa, Portugal / CIAUD - Centro de Investigação em Arquitetura Urbanismo e Design)

### *Os fardos da calamidade*

**Palavras-chave:** Calamidade; fardo; moda; morte; sustentabilidade.

## **Resumo**

Os mercados informais em África são invadidos por avalanches de roupa em segunda mão, que aí chega sob a forma de fardos, excedentários de um sistema marcador de uma geografia de desigualdades, entre o hiperconsumo do Norte global e a escassez estrutural do Sul. Roupa colectada por organizações de Ajuda Humanitária ou fardos expressamente destinados aos mercados, aí adquirem denominações singulares - *Roupas do homem branco morto* no Zimbabwe, *Fardo* em Angola, *Tampo* em Cabo Verde ou *Roupas de Calamidade (Xicalamidade)* em Moçambique - que reenviam para a forma e fins primeiros, em associações entre morte e calamidade, catástrofes na nomenclatura de René Thom (1972). A catástrofe, assim entendida como processo criador (ou destruidor) de formas - um processo de “morfogénese” que abala a “estabilidade estrutural” (Petitot, 2015) - é singularmente encarnada pela moda que nada mais é do que “morte e ressurreição espectral das formas” (Baudrillard, 1976) e propomo-nos demonstrá-lo ao analisarmos o processo de morfogénese por que passam as criações de Nelly e Nelsa Guambe, que reutilizam roupas dos fardos dos mercados de Maputo e conferem-lhes uma segunda existência, transformando-as em peças exclusivas que reingressam no mercado global. “Reciclagem total e imediata” (Baudrillard, 1976), é essa a essência da moda, e do fardo indiferenciado emerge uma nova cadeia de valor revestida de dimensão ética: das calamidades estruturais do continente africano à emergência da calamidade de sustentabilidade planetária, a nova vida das roupas fala a linguagem da emoção, da dinâmica social, da sustentabilidade e desperdiçar esta oportunidade seria uma calamidade histórica.

## **Nota biográfica**

Margarida Amaro é Doutora Europeia (European Ph.D) em Ciências da Comunicação pela Universidade NOVA de Lisboa. Atualmente, é investigadora integrada no Instituto

de Comunicação Nova (ICNOVA) e investigadora colaboradora no Centro de Investigação em Arquitetura Urbanismo e Design (CIAUD). Integra o Grupo de Investigación Estudios de Semiótica de la Cultura (GESC) da Univerisad Complutense de Madrid desenvolvendo o seu trabalho nos domínios da semiótica da moda. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9625-7879>.

### **Elizabeth Olegário**

(CHAM, NOVA FCSH/UAc\*)

*A literatura africana nos suplementos literários: artes e letras e cultura e arte (1951 a 1959)*

**Palavras-chave:** Suplementos literários; circulação de ideias e textos; literatura africana; literatura portuguesa.

### **Resumo**

Em meados do século XX, as ideias nem sempre estavam nos livros. Os debates singraram através dos suplementos literários e das revistas, pois eram neles que circulavam a cultura letrada. Pontos de encontros de intelectuais, espaços de afirmação de modelos culturais, os suplementos foram as formas mais baratas de estimular o gosto pela leitura. Tendo em conta tais considerações, o presente trabalho visa mostrar os diálogos e a circulação de ideias e textos sobre a literatura africana, mais precisamente a literatura cabo-verdiana, que foram estimulados e publicados pelos suplementos literários: *Artes e Letras*, do Jornal *Diário de Notícias* e a *Cultura e Arte*, do jornal *O Comércio do Porto*. Mostraremos quais foram as vozes que surgiram e quais os debates que eles trouxeram. Como feixe temporal utilizaremos a década de 1950.

### **Nota biográfica**

Licenciada em Letras — Português e Literaturas, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestra em Comunicação e Culturas Mediáticas, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É doutoranda em Estudos Portugueses: Área de Especialidade: História do Livro e Crítica Textual, pela Faculdade de Ciências Sociais

---

\* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa.

e Humanas, da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH). Integra o Grupo de Investigação: Leitura e Formas de Escrita vinculado ao CHAM - Centro de Humanidades (NOVA FCSH/Uac). É bolsista de doutoramento, da Fundação para Ciência e Tecnologia, de Portugal — SFRH/BD/145768/2019.

**Adelino Esteves Tomás**

(Universidade Save, Maxixe, Moçambique)

*Violência contra a mulher: práticas e representações sociais*

**Palavras-chave:** Violência contra as mulheres; representações sociais e desigualdades de poder.

**Resumo**

Este artigo pretende analisar as práticas e representações sociais sobre a violência contra a mulher nas cidades de Maxixe e Nampula (Moçambique). Para o efeito, foram realizadas 23 entrevistas a mulheres vítimas de violência e 8 a homens agressores, cujos discursos ajudaram a dar forma a este artigo. Foi accionada a metodologia qualitativa, que permitiu capitalizar as interpretações e os significados que os entrevistados atribuíam às suas vidas. Os resultados revelaram que as famílias de origem dos entrevistados eram extremamente violentas, tendo a violência continuado nas suas vidas conjugais. Revelaram, igualmente, uma tendência para a tolerância da violência contra as mulheres pelas próprias vítimas. Por último, foram observadas fragilidades institucionais referentes à carência de meios de apoio às vítimas, que acabam por ser os principais obstáculos à intervenção nas vítimas.

**Nota biográfica**

Adelino Esteves Tomás é Doutor em Sociologia, pela Universidade do Porto e docente de Antropologia, Sociologia Jurídica, Sociologia da Educação na Universidade Save (Moçambique).

**Maria Raquel Álvares**

(CLEPUL - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal)

*Representação de vozes femininas em “Mornas eram as noites”, de Dina Salústio*

**Palavras-chave:** Dina Salústio; literatura caboverdeana; personagem; tradição; rutura

### **Resumo**

A história das mulheres é um fenómeno internacional e constitui um novo género na literatura contemporânea de Cabo Verde. Pretende-se refletir sobre o papel que a mulher crioula tem no conjunto de contos em *Mornas eram as noites* (1994), de Dina Salústio, destacando-se de forma reveladora as condições sociais do seu povo e a posição interventiva da mulher na sociedade entre dois tempos históricos, o colonial e a Independência. Assim, esta investigação apresentará os diversos olhares e conflitos femininos observados e vividos pela referida escritora sobre o seu país que denunciam e espelham a tradição/rutura no contexto das ilhas, abrindo um novo paradigma sociocultural na literatura de Cabo Verde. Recorre-se a determinados teóricos: M. Bakhtin, Vincent Jouve, Jean-Philippe Miraux, M. Rifaterre e outros.

### **Nota biográfica**

Maria Raquel Álvares é Licenciada em Filologia Românica, Mestre em Literatura Brasileira, Doutorada em Estudos Africanos, especialidade Literatura Caboverdeana no autor Germano de Almeida. (Todos os estudos foram realizados na FLUL). Fez estudos e investigação no doutoramento em França, foi Leitora de Língua e Cultura Portuguesas na Universidade de Pescara e Roma. Fez, ainda, exposições, ensaios e comunicações nas Universidades de Lisboa, Évora, Salamanca e França. Tem diversas publicações em Portugal, Salamanca e França e é professora e investigadora integrada no CLEPUL (FLUL).

**Maria Isabel Lemos**

(Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL/ Centro e Rede de Investigação em Antropologia - CRIA/ Instituto de Estudos de Literatura e Tradição – IELT, Portugal)

*Práticas artísticas e performáticas contemporâneas na salvaguarda de tradições orais*

**Palavras-chave:** Práticas artísticas; performance; oralidade; salvaguarda patrimonial; tradições orais.

**Resumo**

A centralidade das tradições orais para a (re)constituição histórica, memorial e patrimonial das culturas, ainda que inegável, é matéria cujos desdobramentos contemporâneos transitam entre os universos académico, artístico, cultural e político. Embora a designação das “Tradições e expressões orais” enquanto Património Cultural Imaterial sob a ótica da UNESCO (2003) tenha fomentado uma série de iniciativas políticas cujos objetivos centralizam-se na salvaguarda e recuperação das cadeias de transmissão de tais conhecimentos, diferentes práticas artísticas e performáticas também têm desempenhado um importante papel na conscientização de populações e na recolha cientificamente orientada de repertórios. Esta comunicação dedica-se à reflexão acerca do papel de práticas artísticas, em especial o teatro, a narração oral e a literatura, na salvaguarda e recuperação de tradições orais, com especial atenção para as narrativas tradicionais de suporte memorial. Os dados apresentados foram recolhidos ao longo de uma investigação etnográfica doutoral realizada em Cabo Verde, por meio de metodologias diversas, como entrevistas, observação participante e análise bibliográfica. Enquadrado pelos Estudos do Património e pela Antropologia, o raciocínio apresentado tratará da problematização da circulação de repertórios tradicionais em contextos artísticos, pedagógicos e performáticos com o objetivo de potencializar a discussão acerca da salvaguarda do património em questão no contexto comunicacional contemporâneo para além de fronteiras e políticas institucionais.

**Nota biográfica**

Maria Isabel Lemos é antropóloga e focaliza a sua investigação em práticas e políticas da cultura no âmbito das Tradições Orais, do Património Cultural Imaterial e da Performance. É colaboradora do Centro e Rede de Investigação em Antropologia (CRIA),

do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT), do projeto “*The Literary Encyclopedia*” e doutoranda no programa Antropologia: Políticas e Imagens da Cultura e Museologia (ISCTE-IUL). Desenvolveu um projeto de investigação doutoral em Cabo Verde e outros em parceria com o Instituto do Património Cultural local, além de investigações centralizadas na relação entre Literatura e Antropologia. Mestre em Culturas Visuais pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (FCSH-UNL) e Bacharel em Relações Internacionais pelo IBMEC- Rio de Janeiro, trabalhou para o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/UNEP) no Brasil e com diferentes iniciativas culturais em Portugal.

**Isaú J. Meneses**

(Instituto Superior de Artes e Cultura - ISArC, Moçambique)

*A arte, a inclusão e as TIC'S*

**Palavras-chave:** Arte; inclusão; procedimentos; TIC'S e políticas culturais inclusivas.

**Resumo**

O presente trabalho faz uma reflexão em torno da questão de inclusão nas artes mediante a influência das TIC'S. Assim, constitui a sua finalidade discutir até que ponto, ou em que medida é que a arte e as TIC'S, vistas isoladamente ou de forma associada, podem contribuir para a promoção da inclusão. Do ponto de vista metodológico, o trabalho alicerçou-se basicamente em dois suportes: a pesquisa bibliográfica e *brainstorming*. No final, tem como resultado um conjunto de propostas de políticas e de procedimentos que contribuem para o aumento da inclusão na arte mediante as TIC'S.

**Nota biográfica**

Isaú Joaquim Meneses é Doutor em Sociologia Rural e Urbana pela Universidade NOVA de Lisboa e actualmente exerce a função de Director Geral Adjunto para Área Científico-Pedagógica no Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC), onde é também regente nas cadeiras de Turismo Cultural, Políticas Culturais e Antropologia Cultural. Foi parlamentar (1995/2010) e tem diversas publicações, havendo a destacar *Globalização, Urbanismos e Culturas Locais* (2014); *Brochura da Oração de Sapiência* (2016);

“Turismo Acessibilidade e Cidadania” (2017); e “A Cidade Da Beira e o Diálogo Cultural de suas Gentes” (2019).

**Liz Maria Teles de Sá Almeida**  
(Universidade de Évora, Portugal)

*Criação, pensamento e ativismo na prosa de autoria afrodescendente da literatura portuguesa contemporânea*

**Palavras-chave:** Literatura portuguesa; autoria afrodescendente; criação; pensamento; ativismo.

### **Resumo**

O interesse pela escrita de mulheres, neste trabalho, decorre das ausências e apagamentos promovidos historicamente por instituições erigidas numa estrutura patriarcal e colonial, que construíram uma historiografia literária excludente quanto à produção intelectual e criativa feminina negra. Contemporaneamente, acompanhamos essa produção promovendo uma revolução no mercado editorial a partir de escritoras que rasuram a noção de cânone literário e constroem um percurso alternativo ao acadêmico para formar os seus leitores. Em Portugal, presenciamos, mais de cinco séculos após as primeiras presenças negras, o surgimento da literatura portuguesa de autoria afrodescendente. Destacamos três escritoras de origem angolana e que se inserem na cena literária portuguesa apontando dramas relacionados à migração, colonização, descolonização, exílio, regresso, identidade, etc. que mapeiam a experiência portuguesa do sujeito afrodescendente. Portanto, tornaram-se objeto de interesse literário de afrodescendentes nascidos em Portugal, dos que vivem em Portugal ou dos que se encontram em diáspora ao redor do mundo. Neste trabalho pretende-se refletir os principais impactos produzidos pela literatura portuguesa de autoria afrodescendente no que diz respeito ao ativismo feminista negro, ao mercado editorial, à formação de leitores e ao cânone acadêmico, a partir de três narrativas: *Luanda, Lisboa, Paraíso* de Djaimilia Pereira de Almeida; *Essa dama bate búé* de Yara Monteiro e *Um preto muito português* de Telma Tvon. Defende-se que uma literacia para uma justiça social somente é possível de ser alcançada fazendo-se justiça à produção literária daqueles historicamente silenciados pelos processos coloniais e pelas consequentes forças que derivaram sob a forma da colonialidade de poder na contemporaneidade.

## **Nota biográfica**

Professora de Linguagens do Instituto Federal da Bahia (IFBA/ Campus Paulo Afonso), Liz Maria Teles de Sá Almeida é Doutoranda em Literatura (Universidade de Évora), Membro do Centro de Estudos de Letras (CEL-UÉ), Mestre em Estudo de Linguagens (PPGEL/UNEB) e Graduada em Letras Vernáculas (Universidade do Estado da Bahia/ Câmpus XXI).

## **Juliana Santos Menezes**

(Instituto Federal da Bahia, Brasil)

*A representação da cidade de Luanda e o reconhecimento da identidade angolana no período pós-colonial, em “Nós, os do Makulusu”, de José Luandino Vieira*

**Palavras-chave:** Luanda; memória; identidade; hibridismo cultural; contexto pós-colonial.

## **Resumo**

Esta comunicação objetiva discutir a representação da cidade de Luanda, a partir da obra *Nós, os do Makulusu* (1974), de José Luandino Vieira. A narrativa, que se passa nos anos da guerra da independência, evidencia a capital angolana marcada pela dor, preconceito, tristezas e injustiças advindos do processo de colonização e da consequente guerra. Neste contexto, absorto em suas memórias, Mais-Velho, a caminho do funeral do irmão, revive um pouco da sua história, que pode ser compreendida também como a história de muitos angolanos, e questiona a sua própria identidade. O estudo parte da ideia de que a angústia do personagem Mais-Velho diante da morte do irmão e a maneira com que ele rememora a alegria e a ingenuidade de sua infância e adolescência são refletidos na sua dificuldade em se reconhecer e se encontrar naquele lugar. Desta forma, pretende-se estudar a representação literária da capital angolana, cujas marcas do período colonial estão registadas tanto nas ruas, avenidas e monumentos, como na maneira de pensar e agir dos personagens e nas manifestações que contribuíram para a formação de um hibridismo cultural, em que se cruzam elementos da cultura portuguesa e angolana. Além disso, intenta-se relacionar a configuração da cidade com os dramas vivenciados pelo

protagonista, cuja peregrinação pelas ruas de Luanda é ao mesmo tempo uma forma de reconhecimento da cidade e da sua identidade angolana no contexto pós-colonial.

### **Nota biográfica**

Juliana Santos Menezes é Licenciada em Letras, pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Brasil). Realizou o curso de Especialização em Estudos Comparados em Literaturas de Língua Portuguesa, na mesma universidade. Possui Mestrado em Cultura & Turismo, pela Universidade Estadual de Santa Cruz em convênio com a Universidade Federal da Bahia. É professora da área de Linguagens no Instituto Federal da Bahia e doutoranda em Estudos Portugueses na Universidade NOVA de Lisboa, onde desenvolve uma tese sobre a representação literária da cidade e a sua relação com o turismo. Tem artigos publicados nas áreas de literatura, cultura e turismo.

### **Cristóvão F. Seneta**

(FCSH/Universidade Zambeze, Moçambique)

*Os lugares romanescos como signos da tragédia em “As Naus”, de António Lobo Antunes*

**Palavras-chave:** espaço; retorno; memória; narrativa.

### **Resumo**

Ao reconhecer-se o fracasso de uma análise literária comparatística que desconsidere o encadeamento entre os espaços de identidade com as noções de narrativa, a nossa reflexão orienta-se sob o prisma centralizador dessa correlação sistémica. Por isso, tomando como ponto de partida *As Naus* (1988), de António Lobo Antunes, pensamos que a patologização crónica dos lugares romanescos traduz uma semântica narrativa da desilusão colectiva, refractária minuciosa dos sintomas de decadência física e moral da capital do *reyno*, onde as personagens desembarcam e deambulam em diferentes itinerários do quotidiano. Esta orientação sócio-ideológica da referencialidade espacial ractifica-se por meio de uma estética imagética impressionista, em que a cobertura figurativa do conteúdo das *naus* reside no poder de abstracção da realidade metropolitana condizente com a anulação de sentido de identificação para o colectivo de personagens regressadas de África.

### **Nota biográfica**

Cristóvão F. Seneta é Licenciado em Ensino de Português, pela Universidade Pedagógica/Sagrada Família (Moçambique), Mestre em Estudos Literários, Culturais e Interartes, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É docente e coordenador do curso de Licenciatura em Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Zambeze. Interessa-se pela análise e compreensão de problemáticas relacionadas com a incidência da memória e do esquecimento na construção das identidades culturais nas literaturas em português do pós-colonialismo.

### **Maíra Neiva Gomes**

(Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, Brasil)

*Arandir: o anti-herói subalterno brasileiro*

**Palavras-chave:** Literatura; performatividade; masculinidades; colonialismo; subalternização.

### **Resumo**

O presente texto pretende debater sobre as contribuições da obra *O Beijo no Asfalto*, de Nelson Rodrigues, na explicitação da representação da identidade masculina homogeneizada e subalternizada brasileira. A referida obra, de 1961, apresenta o herói Arandir como vítima da sociedade e do Estado brasileiro. Em um ato de solidariedade, Arandir beija um rapaz que fora atropelado e logo este ato é transformado, pela mídia e pela Polícia, em um ato homossexual, o que culmina no assassinato de Arandir pelo sogro, que lhe desejava. Em sua jornada heroica, Arandir é desacreditado, hostilizado por todos ao seu redor e se vê vítima - sem ação - das circunstâncias criadas pelos dois grandes eixos de poder no Brasil: mídia e aparato opressor estatal. A sua masculinidade é contestada pelo “excesso” de empatia pelo Outro e seu corpo é objeto de desejo reprimido, marca estrutural da misoginia racista que se perpetua no Brasil. Por meio da ferramenta da analética, proposta pelo pensador decolonial Enrique Dussel, pretende-se apontar semelhanças e distinções entre Arandir e Hamlet, o herói clássico da modernidade eurocêntrica. Buscar-se-á demonstrar como Arandir se insere como personagem da modernização brasileira do século XX em posição subalterna, se contraposta a Hamlet, portador da verdade e da virtude eurocêntrica, construído no século XVI, momento

inaugural dos processos de colonização das Américas. A escolha por Hamlet deve-se ao fato de que a neocolonização norte-americana utiliza como principal instrumento a indústria do entretenimento, que contribui para a formação do imaginário, perpetuando a posição subalterna das identidades construídas.

### **Nota biográfica**

Maíra Neiva Gomes. Funkeira. Professora do Ensino Superior - UEMG/Diamantina. Coordenadora de Extensão UEMG/Diamantina. Doutora e Mestra em Direito (PUC/Minas). Produtora Cultural. Advogada Popular. Assessoria Associação de Moradores Vila Santana do Cafezal. Assessoria Baile da Serra nas Quebradas. Argumentista e desenvolvedora de enredos Grupo Identidade Oficial. Roteirista. Membro do Coletivo Político Cultural Observatório das Quebradas/Aglomerado da Serra.

### **Noemi Alfieri**

(CHAM, NOVA FCSH/UAc\*)

*A voz de Moçambique: discursos sobre literatura, arte e censura (1961-64)*

**Palavras-chave:** *Voz de Moçambique*; literatura; Craveirinha; debates; cultura; censura.

### **Resumo**

N' *A voz de Moçambique* criticou-se abertamente, entre 1961 e 64, a censura salazarista e discutiu-se amplamente sobre a ideia de literatura ultramarina *versus* literatura moçambicana e sobre racismo. Depois de Rodrigues Júnior ter postulado a inexistência de uma literatura moçambicana em virtude da suposta inexistência de manifestações literárias parecidas com as cabo-verdianas, António Cabral recusava, em resposta, a ideia de uma “literatura ultramarina”. As posições de Júnior foram, em setembro de 1962, contestadas também por Rui Knopfli que deu início a uma longa e conhecida polémica que o viu envolvido, ao lado de Eugénio Lisboa, contra Alfredo Margarido. Outra polémica, explicitamente relacionada com a questão do racismo no sistema colonial, foi a entre José Craveirinha e Sacadura Falcão, republicada a partir d' *A Tribuna*, em que o

---

\* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa.

escritor moçambicano desmontou as teses racistas e defendeu a dignidade cultural do homem negro e de tradições culturais não ocidentais.

Tais questões, assim como as reflexões e as referências culturais que foram, na época, trazidas para o debate, permitem refletir sobre as formas em que a arte e a cultura foram controladas pelo regime, na tentativa de perpetuação do sistema colonial (como testemunham as acções de contra-propaganda levadas a cabo da Agência-Geral do Ultramar em ocasião da viagem de Craveirinha a Lisboa), mas também como ferramenta de resistência ao regime. A preocupação pela justiça social é, neste sentido, uma constante nas publicações deste impresso, representando um ponto de partida para uma reflexão sobre as assimetrias que ainda caracterizam os ambientes culturais e literários.

### **Nota biográfica**

Noemi Alfieri é investigadora integrada do CHAM – Centro de Humanidades, onde integra o grupo Leitura e Formas d’ Escrita e as linhas em Estudos Africanos e História das Mulheres e do Género. É doutorada em Estudos Portugueses, especialidade em História do Livro e Crítica Textual, pela FCSH-UNL, com a tese “(Re) Construir a identidade através do conflito. Uma abordagem às Literaturas Africanas em Língua Portuguesa (1961 – 74)”, financiada pela FCT-IP. Tem formação em Línguas e Literaturas Modernas pela Università degli Studi di Torino (Itália). É membro do projeto AFRO-LAB – A construção das Literaturas Africanas em Portugal (1960- 2020), do CLEP-Universidade de Lisboa.

**Luís Miguel Cardoso**

(Departamento de Ciências da Linguagem e da Comunicação da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal)

*O Cinema como mundividência Cultural e Social: diálogos intersemióticos através da Literacia Fílmica* Luís Miguel Cardoso Instituto Politécnico de Portalegre Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa Portugal

**Palavras-chave:** Literacia fílmica; cultura; sociedade; conhecimento do mundo.

**Resumo**

A sociedade contemporânea é caracterizada pelo primado da comunicação em múltiplas plataformas e sistemas, bem como pela onnipresença da imagem. Convocar o Cinema como mundividência Cultural e Social para um espaço de análise crítica permite abrir as janelas da reflexão sobre o Homem e sobre o(s) seu(s) mundo(s), os atuais desafios sociais e informacionais, considerando o Cinema como espelho da Humanidade. Os grandes desafios da atualidade, como reconhece a UNESCO, centram-se claramente na aquisição de competências e literacias para compreender e interpretar o mundo, lançando um olhar capacitado e ativando um exercício de leitura dos tempos e dos espaços complexos da contemporaneidade e da cidadania. Considerando as Literacias, em geral, e a Literacia Fílmica, em particular, como caminhos para o conhecimento do Homem e do Mundo, conseguimos fomentar o pensamento crítico sobre a identidade e os diálogos intersemióticos que o Cinema estabelece com a Língua, a Literatura, a Cultura e a Comunicação, pois possui uma dimensão transversal, multidisciplinar e multicultural. Neste âmbito, em Portugal, merece particular atenção o Plano Nacional de Cinema, um programa de Literacia Fílmica e de divulgação da cinematografia portuguesa junto do público escolar e que oferece instrumentos e conteúdos, permitindo a realização de efetiva análise fílmica, debate e consciencialização sobre o Homem e o Mundo, os desafios e os problemas do passado, do presente e do futuro. Desta forma, o Cinema revela-se como mundividência Cultural e Social e a Literacia Fílmica como caminho para a compreensão dos desafios que a Humanidade enfrenta neste complexo Século XXI.

### **Nota biográfica**

Luís Miguel Cardoso é Doutorado em Línguas e Literaturas Modernas, na especialidade de Literatura Comparada (Literatura e Cinema), pela Universidade de Coimbra. Professor Adjunto do Departamento de Ciências da Linguagem e da Comunicação da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre, foi Diretor da ESECS entre 2010 e 2018 e Presidente da ARIPESE, Associação de Reflexão e Intervenção na Política Educativa das Escolas Superiores de Educação. Subdiretor do Mestrado em Media e Sociedade, é investigador do Centro de Investigação do IPP e do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa. Possui como principais áreas de lecionação e de investigação as Ciências da Linguagem e da Comunicação, Inovação Pedagógica, Literacias e Educação, e Literatura e Cinema, no âmbito das quais tem publicado artigos científicos e apresentado comunicações em vários países. Pertence a várias associações internacionais e ao conselho editorial de revistas europeias e latinoamericanas.

### **Hilarino da Luz**

(Departamento de Estudos Portugueses e CHAM, NOVA FCSH/UAc\*)

#### *Problematização da periodização da literatura cabo-verdiana*

**Palavra-chave:** Cabo Verde; literatura cabo-verdiana; periodização; prelo; autores.

### **Resumo**

A literatura cabo-verdiana principiou-se com a introdução do prelo no país em 1842. Influenciada, numa fase inicial, pelo Parnasianismo e pelo Romantismo, congregou um conjunto de textos literários que constituíram as primeiras manifestações literárias em Cabo Verde. Tratando-se de uma literatura insular, portanto com características específicas, qualquer processo visando a compreensão dos díspares fenómenos culturais que estiveram na base da sua formação, implica um aprofundamento de determinadas questões teóricas, literárias, políticas e culturais. Neste sentido, muitas têm sido, sem consenso, as propostas apresentadas para a sua periodização, visto que é difícil determinar quando se passa de um campo/período para o outro por estarem interligados. Desta feita,

---

\* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa.

pretendemos, com esta comunicação, problematizar algumas abordagens periodológicas apresentadas por alguns autores, mormente Manuel Brito Semedo e Pires Laranjeira, procurando apresentar uma proposta que possa reunir consenso aquando do seu estudo. Refira-se que o livro *O Escravo* (1956), de José Evaristo de Almeida, foi o primeiro romance publicado em Cabo Verde e que o Seminário-Liceu de S. Nicolau exerceu um papel de capital importância no surgimento dos intelectuais cabo-verdianos que participaram na publicação dos primeiros textos literários no país. (Luz, 2013).

### **Nota biográfica**

Hilarino Carlos Rodrigues da Luz, investigador contratado da NOVA FCSH e investigador Doutorado do CHAM, Centro de Humanidades, onde foi bolseiro de Pós-Doutoramento (2015-2018), membro do Grupo Cultura e Literatura, da Linha de Estudos Africanos e de História Ambiental e do Mar, é Doutor em Estudos Portugueses, especialização em Literaturas e Culturas de Língua Portuguesa (2013), Mestre em Estudos Portugueses, especialização em Estudos Literários (2008), Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas, Variante de Estudos Portugueses (2006), pela NOVA FCSH. Possui uma vasta experiência profissional, mormente como docente no ensino público português, no setor editorial e na bibliotecnia. Além da sua participação em júris de mestrado, foi coorientador de uma tese de Doutoramento na NOVA FCSH e é orientador de uma monografia de Licenciatura na Universidade de Cabo Verde. É membro da Cátedra UNESCO e da Cátedra Eugénio Tavares da UNICV e da ALSA, Cabo Verde. Com a *Cartas com Ciência*, ganhou o segundo lugar do Prémio *Go Green Go Social* NOVA FCSH / Santander Universities. É Presidente do Júri do Prémio Literário Januário Leite. ORCID: [0000-0001-5694-5781](https://orcid.org/0000-0001-5694-5781).

**Isabel Macedo**  
&  
**Moisés de Lemos Martins**

(CECS, Universidade do Minho, Portugal)

*Cinema, memória e imaginário: o caso das coproduções em língua portuguesa*

**Palavras-chave:** Coprodução; PALOP; financiamento; imaginário.

### **Resumo**

Nos últimos anos, a política cinematográfica portuguesa tem apostado no apoio à produção de filmes em regime de coprodução com os países de língua oficial portuguesa. Os acordos de cooperação no seio destes países remontam aos anos de 1980, quando foi assinado o primeiro acordo bilateral com o Brasil (decreto n.º 48/81, de 21 de abril).

Através do Instituto de Cinema e do Audiovisual (ICA), o estado português abriu, na última década, um concurso específico para coproduções com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Como critério de elegibilidade, a proposta deve incluir pelo menos um produtor nacional registado no ICA e um produtor de um país de língua oficial portuguesa, bem como um realizador com nacionalidade de um país de língua oficial portuguesa. Deve, ainda, ser garantida a produção de uma versão original em língua portuguesa.

Numa análise sobre a produção audiovisual dos PALOP, entre 1974 e 2015, Ferreira (2016) constata que o financiamento externo a filmes de longa-metragem de ficção chega a uma média de 65% nos anos 1976 até 2013, tendo Portugal um papel central no financiamento da produção audiovisual. Mais recentemente, entre 2014 e 2020, e através do concurso de Coprodução com Países de Língua Portuguesa do ICA, foram aprovados para financiamento 16 filmes. Nesta comunicação, faremos uma análise das dinâmicas de coprodução com os PALOP, explorando os filmes aprovados para financiamento, centrando-nos, em particular, nos filmes em coprodução com Moçambique: *Vovó dezanove e o segredo do soviético* (João Ribeiro); *Desterrados* (Yara Costa); *As noites ainda cheiram a pólvora* (Inadelso Cossa); *O ancoradouro do tempo* (Sol de Carvalho) e *À mesa da unidade popular* (Camilo de Sousa e Isabel Noronha).

## Notas biográficas

Isabel Macedo é doutorada em Estudos Culturais pela Universidade do Minho e Universidade de Aveiro, na área da Comunicação e Cultura. É mestre em Ciências da Educação, com especialização em Sociologia da Educação e Políticas Educativas pela Universidade do Minho e licenciada em Ciências da Educação, pela mesma universidade. A sua tese de doutoramento intitula-se "Migrações, memória cultural e representações identitárias: a literacia fílmica na promoção do diálogo intercultural", projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) e integra várias associações nacionais e internacionais na área da comunicação, da educação e da cultura visual. É membro da equipa do projeto internacional “Memórias, culturas e identidades: o passado e o presente das relações interculturais em Moçambique e Portugal” a cargo do CECS (Universidade do Minho, Portugal) e da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). Integrou a comissão organizadora de vários eventos científicos e culturais nacionais e internacionais. Os seus principais interesses de investigação conjugam as áreas dos média, das representações sociais e da comunicação intercultural. Publicou vários artigos em revistas nacionais e internacionais. Alguns dos seus principais trabalhos são: “Representations of Dictatorship in Portuguese Cinema” (2017), em co-autoria; “Interwoven migration narratives: identity and social representations in the Lusophone world” (2017), em co-autoria, e “Os jovens e o cinema português: a (des)colonização do imaginário?” (2016).

Moisés de Lemos Martins é Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Dirige o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É diretor da revista *Comunicação e Sociedade*, da *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (RLEC) e da *Vista*. Doutorada pela Universidade de Estrasburgo em Ciências Sociais (na especialidade de Sociologia), em 1984, tem publicado, no âmbito da Sociologia da Cultura, Semiótica Social, Sociologia da Comunicação, Semiótica Visual, Comunicação Intercultural, Estudos Lusófonos. Dirigiu, durante dez anos, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Presidiu à Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação; à Lusocom – Federação das Associações Lusófonas de Ciências da Comunicação; e à Confibercom – Confederação Ibero-Americana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3072-2904>.

**Juma Manuel**

(Universidade Púnguè, Moçambique)

*Porosidade entre literatura e sociedade: uma análise semiótica da ancoragem realista presente em “Na Aldeia dos Crocodilos”, de Adelino Timóteo*

**Palavras-chave:** Relação entre a literatura e sociedade; análise semiótica; “*Na Aldeia dos Crocodilos*”; Adelino Timóteo.

### **Resumo**

A literatura e a sociedade estabelecem entre si uma relação intercambiável bastante relevante, sendo possível encontrar numa mesma obra tanto a natureza estético-literária, como a dimensão sócio-antropológica que enforma a realidade a que o escritor está inserido. A partir da leitura feita em torno dos configuradores textuais subjacentes à obra *Na Aldeia dos Crocodilos*, do escritor moçambicano Adelino Timóteo, percebemos como e em que medida este entrosamento se opera. Assim, a presente comunicação pretende demonstrar que *Na Aldeia dos Crocodilos* não resvala exclusivamente a questões do ponto de vista literário, como do ponto de vista sócio-antropológico da realidade moçambicana, tanto mais que na obra existe a presença de pormenores realistas relativos ao parto, à morte, à fama e ao valor do nome, bem como se verifica, igualmente, a exposição das práticas culturais e crença no poder da magia africana que povoam as populações do Vale do Zambeze. Em termos metodológicos, o estudo foi concebido tendo em conta uma pesquisa bibliográfica e analítico-descritiva.

### **Nota biográfica**

Juma Manuel, Assistente Universitário, Universidade Púnguè, Chimoio, é Licenciado em Ensino de Português, pela Universidade Pedagógica, Delegação da Beira e Mestre em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, pela Universidade Pedagógica de Maputo. Tem algumas publicações científicas e tem como principais áreas de interesse a Educação/Ensino de línguas; o Ensino de Literatura; as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa; o Folclore, Ancestralidade e Identidade africanos; e a Diversidade Cultural, Transversalidade e Transdisciplinaridade.

**Maria Schtine Viana**

(CHAM e IELT, NOVA FCSH\*)

*Infância e oralidade em João Guimarães Rosa e Mia Couto*

**Palavras-chave:** Guimarães Rosa; Mia Couto; oralidade infância; memória.

**Resumo**

O grande desafio dos escritores que desejam incorporar os saberes dos contadores tradicionais em suas narrativas é perceber que a passagem do oral para o escrito exige uma zona de mistério criativo. Não é apenas imperativo resgatar a palavra narrada preservada pela memória, mas produzir uma criação artística capaz de mobilizar a totalidade oferecida justamente pela peculiaridade do processo de colonização, tanto do ponto de vista da oralidade, como da escrita. É preciso estar aberto às oposições e aos paradoxos que tangenciam a linguagem, sobretudo em um caudal em que diferentes etnias se entrelaçam à língua dominante do colonizador, que, por sua vez, já comporta em suas origens outras assimilações, adquiridas durante seu próprio processo formativo.

Ao se analisar a recepção da obra do escritor brasileiro João Guimarães Rosa por escritores da África lusófona, como o moçambicano Mia Couto, evidenciam-se as particularidades dessa busca pela criação de uma “língua própria”. Em uma estrutura circular onde infância e linguagem parecem remeter uma à outra, pode-se dizer que em *Campo geral*, de João Guimarães Rosa, a infância age sobre a linguagem constituindo-a de maneira peculiar; aspecto também observável no romance *Terra sonâmbula*, de Mia Couto. Por meio desta comunicação, pretende-se estabelecer uma relação entre infância e oralidade a partir das narrativas *Campo geral* e *Terra sonâmbula*, com o objetivo de demonstrar em que medida o movimento da palavra, quando se considera o díptico infância/velhice, é recurso que contribui para a constituição de uma linguagem peculiar nessas duas narrativas.

---

\* CHAM e IELT, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa.

### **Nota biográfica**

Maria Schtine Viana é doutoranda no Departamento de Estudos Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, assistente de investigação do CHAM-UNL e membro do IELT. Bacharel em Letras (Português-Francês) pela FFLCH-USP e Mestre em Filosofia pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Durante duas décadas trabalhou em várias editoras de São Paulo. É autora de livros de literatura, obras didáticas e destinadas à formação de professores.

### **Brain Daniel Tachiua**

(Universidade Licungo, Moçambique)

&

### **Nildo Eugénio Diogo**

(Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Lúrio, Moçambique)

*O papel do jornal no ensino e aprendizagem da língua portuguesa: um catalisador para o gosto pela leitura*

**Palavras-chave:** Leitura; jornal; ensino; língua portuguesa.

### **Resumo**

Este artigo trata de uma pesquisa qualitativa - descritiva, realizada em 2018 e 2019 na Escola Secundária 25 de Setembro na cidade de Quelimane, que contou com a participação de seis professores (de Português) e sessenta alunos (da 11<sup>a</sup> classe, turma B, Grupo B). A pesquisa visava conhecer o papel do jornal, enquanto meio didático, no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa e mostrar como ele pode criar o gosto pela leitura nos alunos. O estudo baseado no método empírico, consistiu na observação de aulas de Português. Para além da observação, foi feito um inquérito aos alunos e uma entrevista aos professores que procurando aferir o hábito de leitura nos alunos e saber como os professores os incentivavam o gosto pela leitura. Essa abordagem não pretendeu substituir o manual do aluno pelo jornal, mas, sim, incentivar a criatividade do professor de Português, proporcionando-lhes uma diversidade de géneros textuais contidos nele. Desse estudo, concluiu-se que a leitura é uma prática social importante. Professores e alunos têm a noção da importância da leitura no ensino, e afirmam que o

jornal é importante em todos os contextos sociais, principalmente no ensino, porque a partir dele, pode-se desenvolver múltiplas habilidades inerentes ao ensino da Língua Portuguesa. Assim, o jornal pode criar o gosto pela leitura, mas esse fenómeno processa-se a longo prazo e deve contar com a contribuição da família, da escola e da sociedade em que o indivíduo (leitor) se insere.

### **Notas biográficas**

Brain Daniel Tachiua é docente e pesquisador da Universidade Licungo afecto à Faculdade de Letras e Humanidades em Quelimane, doutorando em Ciências da Educação – Especialidade em Literacias e Ensino do Português, pela Universidade do Minho - Portugal e Mestre em Educação/Ensino do Português, pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Tendo interesse académico nas áreas de literacia e multiculturalidade, em 2017, publicou, sob a chancela da Novas Edições Académicas, a obra *A motivação para a leitura no ensino secundário geral em Moçambique*. É investigador do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho, Portugal; Director do Gabinete de Cooperação, Comunicação e Imagem da UniLicungo e membro do Conselho Académico da dita instituição.

Nildo Eugénio Diogo é docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Lúrio, onde desempenhou as funções de Chefe de Departamento de Documentação e Informação. É doutoramento em Ciências da Linguagem na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal; Pós-Graduado em Gestão Estratégica para Hotelaria e Destinos Turísticos, Licenciado e Bacharel em Ensino de Português pela Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes da extinta Universidade Pedagógica. É, igualmente, docente das disciplinas: Língua Portuguesa, Técnicas de Expressão e Comunicação, Métodos e Técnicas de Pesquisa, Técnicas de Informação em Turismo e Turismo no Espaço Rural; e membro do Programa Internacional *University Development and Innovation – África (UDI-A)* da União Europeia.

**Leoníldia dos Anjos Fidalgo Fulano**

(Instituto Superior de Artes e Cultura - ISArC, Moçambique)

*Turismo cultural e os seus impactos nas comunidades receptoras*

**Palavras-chave:** Turismo cultural; comunidade; impactos do turismo.

**Resumo**

O turismo é actualmente considerado a nível mundial, uma actividade de aceleração do desenvolvimento económico, ambiental, social e cultural de um país, e Moçambique não fica de fora quando se utiliza do turismo para o recrudescimento da economia, tal como está descrito no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo no país (2016-2025). Entre vários tipos de turismo, existe o turismo cultural, que se caracteriza pelo consumo da cultura de um grupo humano. Porém, durante o consumo e interação entre o visitante e o autóctone pode gerar vários efeitos, sejam eles positivos ou negativos sobre os aspectos sociais e culturais (socio-culturais). É nesta lógica que o presente artigo tem como objectivo geral analisar os impactos socio-culturais do turismo cultural nas comunidades receptoras. A justificativa basilar prende-se no facto de que apesar de muitos textos se debaterem sobre os impactos do turismo, por meio de estudos de caso, em Moçambique existe ainda uma carência de artigos, que tratem particularmente do turismo cultural, que possam contribuir para uma melhor revisão literária para quem queira escrever sobre esta matéria. Por esta razão, mostrou-se relevante, trazer uma reflexão deste género com base em exemplos concretos/locais, e acreditando que com esta reflexão poder-se-á incentivar os demais a reflectirem sobre a mesma linha de pesquisa e quiçá motivar o Governo a criar políticas específicas de gestão estratégica do turismo cultural. Quanto a metodologia, este artigo é de carácter bibliográfico combinado com a técnica de observação não-participante.

**Nota biográfica**

Leoníldia dos Anjos Fidalgo Fulano, docente no Instituto Superior de Artes e Cultura, lecciona as disciplinas de Turismo Cultural e Políticas Culturais. É Licenciada em Gestão e Estudos Culturais, pelo Instituto Superior de Artes e Cultura (2014). As suas principais áreas de interesse são o Turismo Cultural, Turismo Acessível nos Espaços Culturais e Eventos Culturais, e Políticas Culturais. Tem algumas publicações, como o artigo

“Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ao Patrimônio Cultural Edificado na Cidade de Maputo: O caso dos Museus Nacional de Arte e da História Natural 2010-2013” (2017).

**Maíra Neiva Gomes**

(Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG, Brasil)

### *Funk e Amefricanidade*

**Palavras-chave:** Funk; amefricanidade; favelas; linguagem; corporalidade.

### **Resumo**

Esta proposta tem como objetivo analisar o papel desempenhado pela cultura funk brasileira na preservação de símbolos que se insurgem contra a colonização da linguagem, corporalidade e vivência de sujeitos periféricos aglomerados nas favelas dos grandes centros urbanos. Para um ouvido eurocentrado, que organiza os estímulos sonoros a partir do método cartesiano, as periferias brasileiras apresentam-se como um caos sonoro, sem racionalidade. Tal interpretação “teórica” contrasta-se com a grande influência que a cultura afro periférica urbana possui no Brasil. Assim como a capoeira, samba e rap, o funk é criminalizado e alvo constante do sistema repressor estatal. Oriundas de territórios afro periféricos, essas culturas são comercializadas orgulhosamente no exterior, porém, desde a “oficiosa” abolição da escravatura enfrentam perseguições que buscam brecar seus efeitos enquanto instrumentos de resistência à objetificação para escravização do corpo negro. Um dos mecanismos que possibilitam a perseguição ao funk é a descontextualização de sua linguagem do território, por meio da apropriação de alguns de seus elementos, e a deslegitimação de seus símbolos, a partir da continuidade e da negativa sistemáticas do racismo. Pretende-se analisar o processo de construção do funk brasileiro, desde suas origens nas comunidades afro caribenhas nas Américas - nos fins dos anos 70 - até a atualidade, com o objetivo de demonstrar a importância política da cultura. Para tanto, serão utilizados os conceitos desenvolvidos por Lélia Gonzalés (1992) e Clóvis Moura (2014), para os quais é possível reconhecer a existência de uma identidade lingüística Amefricana no Brasil, fruto do processo diaspórico.

### **Nota biográfica**

Maíra Neiva Gomes é Funkeira; Professora do Ensino Superior - UEMG/Diamantina; Coordenadora de Extensão UEMG/Diamantina; Doutora e Mestra em Direito (PUC/Minas); Produtora Cultural; Advogada Popular. Assessoria a Associação de Moradores Vila Santana do Cafezal e Baile da Serra nas Quebradas. É Argumentista e desenvolvedora de enredos Grupo Identidade Oficial; Roteirista; e Membro do Coletivo Político Cultural Observatório das Quebradas/Aglomerado da Serra.

### **Alberto José Mathe**

(Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Brasil)

*A guinada cultural nos estudos do turismo: por uma epistemologia crítica*

**Palavras-chave:** Turismo; epistemologia; turismo crítico; estudos culturais.

### **Resumo**

A cultura constitui uma motivação fundamental do turismo desde os primórdios, porém a sua valorização é recente, resultante das transformações socioeconômicas, políticas e culturais iniciadas na década de 1970 e a massificação da atividade turística. Alguns estudos sobre o turismo evidenciam um olhar marcadamente mercadológico e acrítico, ignorando os diversos impactos socioculturais da transformação da cultura num produto turístico. Este olhar acrítico, assente numa lógica positivista e instrumental, tem suscitado resistências que se buscam ancorar no aprofundamento epistemológico visando dar um outro rumo aos estudos sobre esta temática. Foi neste contexto que esta pesquisa buscou contribuir com um debate teórico-crítico, cujo objetivo central foi aproximar epistemologias críticas aplicadas ao turismo, tendo em conta a guinada crítica e cultural do fenômeno do turístico. Recorrendo ao método da complexidade, a pesquisa defende uma abordagem interdisciplinar como forma de resistência à hegemonia neo-liberal, fragmentada e instrumental que orienta as pesquisas tradicionais em turismo. Como resultado, a discussão transcendeu a incomensurabilidade das teorias e estabeleceu aproximações entre o turismo crítico e os estudos culturais, tanto na amplitude dos seus domínios temáticos, quanto na natureza político-emancipadora a partir da qual se estruturam a nova teoria crítica e o materialismo cultural.

### **Nota biográfica**

Alberto José Mathe é docente na Universidade Save, pesquisador e ativista cultural com interesse nas áreas de Turismo, Estudos Culturais, Literatura e outras áreas do saber (artes, sociologia, história e filosofia). É Licenciado em Linguística e Literatura, pela Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), Mestre em Línguas, Literaturas e Culturas, pela Universidade de Aveiro (Portugal) e Doutorando em Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Brasil). Desenvolve a sua pesquisa sob o prisma do diálogo epistémico entre turismo, economia criativa e desenvolvimento.

**Mariana Alves**

**&**

**Rafael Galupa**

(Laboratório Europeu de Biologia Molecular em Heidelberg, Alemanha)

*Cartas com ciência para inspirar crianças nos países lusófonos*

**Palavras-chave:** Cartas com Ciência; comunicação; língua portuguesa; educação.

### **Resumo**

Projetada para inspirar as crianças a considerarem o ensino superior e as carreiras científicas, a Cartas com Ciência desenvolve programas de troca de cartas tradicionais entre estudantes de países de língua portuguesa e cientistas de todo o mundo. Através de correspondência escrita ao longo de um ano letivo, são criadas conversas individuais e duradouras em português, que permitem não só mitigar barreiras e preconceitos associados ao ensino superior e carreiras científicas, mas também promover a literacia científica e portuguesa na sua forma escrita. Fundada no dia 5 de Maio de 2020 para celebrar o primeiro Dia Mundial da Língua Portuguesa, a Cartas com Ciência já formou mais de 400 cientistas em técnicas de escrita e divulgação científica, e quase uma centena de pessoas trocaram cartas com estudantes de São Tomé, Timor-Leste e Portugal. Todos os professores envolvidos no programa de troca de cartas expressam extrema satisfação e reações entusiásticas por parte dos alunos, especialmente ao abrirem as suas cartas. Os cientistas que trocaram cartas escolhem as palavras “gratificante” (80%) e “diversão” (72%) para descrever a experiência. Nos primeiros três anos do projeto, as cartas serão trocadas com alunos nos nove países de língua portuguesa. A Cartas com Ciência acredita que a língua portuguesa, falada por mais de 250 milhões de pessoas em todo o mundo,

permite alargar horizontes e criar oportunidades de desenvolvimento social e de partilha de conhecimentos entre comunidades não privilegiadas.

### **Notas biográficas**

Mariana Alves e Rafael Galupa são os fundadores e diretores da Cartas com Ciência. Mariana Alves é Licenciada em Bioquímica e Mestre em Biologia Molecular e Celular, pela Universidade de Coimbra. Atualmente, é doutorada no Laboratório Europeu de Biologia Molecular em Heidelberg, Alemanha. Comunica ciência, desde 2012, de diferentes formas, incluindo programas de rádio, atividades educativas, iniciativas científicas para o desenvolvimento e colaborações entre arte e ciência.

Rafael Galupa é Licenciado em Biologia Molecular e Genética, pela Universidade de Lisboa, Mestre em Biomedicina pelo Instituto Karolinska e Doutorado em Ciências da Vida, pela Universidade Paris-Saclay. Atualmente, trabalha como investigador de pós-doutoramento no Laboratório Europeu de Biologia Molecular em Heidelberg, Alemanha, e tem mais de uma década de experiência em projetos de divulgação científica com crianças.

### **Zefanias Jone Magodo**

(Instituto Superior Politécnico de Manica, Moçambique)

*Diversidade cultural moçambicana: um olhar pela identidade da cultura cibarke e globalização em Moçambique*

**Palavras-chave:** Diversidade cultural; identidade cultural; cultura; tradição cultural; globalização.

### **Resumo**

A diversidade cultural é entendida como sendo a característica básica como as diferentes culturas se manifestam, sendo que estas podem ser variadas ou similares, agrupando comportamentos dentro do seu histórico. Essa diferenciação ou similaridade do comportamento, dentro de um determinado contexto territorial, conduz para uma determinada identidade cultural. No intuito de se compreender a diversidade cultural em

Moçambique, a presente pesquisa procura debater as diferentes identidades culturais moçambicanas, com enfoque na identidade cibarke, uma subdivisão do shona. Essa compreensão foi feita com base na pesquisa documental em documentos no ARPAC – Instituto de Investigação Sociocultural de Manica, sobretudo no relatório do Inventário do Património Cultural e Imaterial (PCI) do Distrito de Barué. Recorreu-se, ainda, à pesquisa bibliográfica, através do levantamento da literatura em artigos científicos, jornais, revistas e teses. Concluiu-se que Moçambique possui uma rica e longa tradição cultural onde as diferentes raças, etnias e religiões coexistem, fazendo com que haja uma mostra de multiplicidade de valores culturais que, no seu todo, originam as identidades culturais do país, desde os macuas, tsonga (shangana) sena lomwe, chuwabu, nianja, Yao, Angones, Bitongas, Muchopes entre outros. Em termos de manifestações culturais, dos cibarkes destacam-se na cestaria (*kumanga zvitsero ne matengu*), olaria (*kuumba*), carpintaria (*kutsema*), cerâmica (*kudinda madina*), culinária (*kubika*), ferragem (*kukoma*), tecelagem (*kuruka*), medicina tradicional (*kurapa*), música e dança tradicional, contos (*ngano*), rito de nascimento (*kubarwa kwemwana*), rito de casamento (*kurora*), rito da morte (*rufu*), e rito da chuva (*kuteta madzi*).

### **Nota biográfica**

Zefanias Jone Magodo é Licenciado em Ecoturismo e Gestão de Fauna Bravia pelo Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM), Mestre em Ciências Jurídicas Público Forense pelo Instituto Superior de Ciências e Tecnologias Alberto Chipande (ISCTAC), Doutorando em Ciências Políticas e Relações Internacionais, pela Universidade Católica de Moçambique - Faculdade de Ciências Sociais e Políticas, Quelimane. É docente do Curso de Ecoturismo e Gestão de Fauna Bravia no ISPM. Tem participação em eventos científicos como: “1ª Conferencia Internacional sobre Agricultura e Desenvolvimento Sustentável”, na Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Lúrio (2019); “II Simpósio Internacional de Agro-negócio da CPLP”, no ISPM (2017); “X Conferencia Científica 2018 da UEM”, sob o lema “UEM fortalecendo a investigação e extensão para o desenvolvimento” (2018); “Simpósio da SAWMA (*Southern African Wildlife Management Association*)”, sobre a gestão sustentável da vida selvagem (2018).

**Francelino Wilson**

(Universidade Púnguè, Moçambique)

*Práxis universitária em Moçambique: do ethos à legitimação do discurso*

**Palavras-chave:** Universidade; ethos discursivo; modalidade; UEM, UniPúnguè.

### **Resumo**

Diante de um quadro antagónico de vozes sobre as universidades moçambicanas, algumas demasiado expetantes e ávidas de soluções aos problemas cada vez mais salientes, outras incrédulas, parece pertinente pensar sobre a prática universitária nacional. Fazemo-lo sob a “lupa” da linguagem, no campo da enunciação, estudando discursos produzidos por seus representantes. De um universo indeterminado de sentenças linguísticas, a amostra usada é composta por dezasseis enunciados extraídos de duas entrevistas com o Reitor da UEM, Orlando Quilambo e o ex-Reitor da UEM e UCM, Pe. Filipe Couto, publicadas nos jornais *Notícias* e *Savana*, respectivamente, e um comunicado da UniPúnguè, produzidos em contexto do novo coronavírus. A análise compulsa factores linguísticos, pragmáticos e históricos (POSSENTI, 1996), à luz das teorias da modalização (e.o., CORBARI, 2008) e do ethos discursivo (e.o., AMOSSY, 2005). Os resultados apontam para sujeitos colectivos que se servem da fala/escrita para proferir/redigir discursos multimodais e de construção da imagem de si. Essas estratégias inscrevem-se num panorama de legitimação do discurso universitário, pela aposta na pesquisa, centros de excelência, dentre outras qualidades, a meio as desigualdades entre as instituições de ensino superior.

### **Nota biográfica**

Francelino Wilson é Doutorando em Ciências da Linguagem e Mestre em Linguística, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. É membro do Centro de Linguística da Universidade do Porto, do GELLBAA e docente da Universidade Púnguè. Integrou o projeto de construção dos conteúdos científicos para o Museu da Língua Portuguesa, em Bragança, Portugal.

**Maria Suca Francisco Tona**  
(ISCED-Cabinda, Angola)

*O nome e a memória*

**Palavras-chave:** Nome; memória; imaginário.

**Resumo**

Os nomes ocultam significados, metáforas, razão de ser, emoções, motivações, experiências pessoais, sentimentos e histórias de vida. O nome é o primeiro elemento que auferimos, na maior parte, antes mesmo de virmos ao mundo. É da responsabilidade dos pais ou de um membro familiar escolher e atribuir o nome ao recém-nascido. Em qualquer tradição, eles ocultam histórias sobre memórias pessoais, familiares ou de tribos; carregam histórias, segredos, tradições, mitos ou lendas. Nas comunidades africanas ou angolana, no caso particular, o processo de seleção, escolha e atribuição de um nome de origem africana ou nacional, nosso objeto de estudo, o ritual vai além de um elemento de identificação. Os nomes de origem nacional falam sobre nós, guardam histórias de vida, revelam as nossas origens étnicas. Guardam, igualmente, os significados, as géneses, os contextos ocultos e originam curiosidades. Nomes como Mvita, Mayamona, Fwansony, Matondo, Nkunza, Nkula, Masolokele, Kawika, Wakala, entre tantos outros de diferentes origens étnicas, são atribuídos por diversas razões sejam sociais ou culturais. Desta feita, diríamos que uma abordagem do nome e da memória simboliza um estudo social e cultural, visando analisar as narrativas, e os imaginários ocultos sobre os nomes de origem nacional que carregamos.

**Nota biográfica**

Maria Suca Francisco Tona é natural do Soyo e reside no Bairro Cabassango, Cabinda. É Mestre em Estudos Lusófonos pela Universidade da Beira Interior/ Portugal e Licenciada em Ensino e Investigação em Língua Portuguesa. Professora do ISCED-Cabinda, lecciona as cadeiras de Literatura Portuguesa I e II, Literatura Angolana e Português II. É membro do Programa “Assim se Fala, Assim se Escreve em Português” na rubrica de Literatura, e coordenadora de micro-programa académico de Recolha da Oratura Angolana na sociedade Cabindense.

**Elsa Josina António**

(UnIA e Complexo Escolar do Ensino Especial, Angola)

*A mulher na literatura angolana: onde estão e quem as lê?*

**Palavras-chave:** Literatura angolana; autoria feminina; divulgação literária.

### **Resumo**

Onde estão as mulheres e as suas obras? Em Angola, muitos fatores podem justificar a presença tardia de mulheres na Literatura, como, por exemplo, o não acesso à educação formal, questões culturais que atribuem à mulher a responsabilidade do *Oikos*, ou seja, maternidade e a criação dos filhos. Os estudos sobre a literatura angolana tendem a ocultar os nomes de escritoras angolanas e as suas obras, mas nomes como de Alda Lara, a mais conhecida, de Ermelinda Pereira Xavier, Lília da Fonseca, nome literário de Maria Lígia Valente da Fonseca Severino fizeram parte da antologia dos estudantes da casa do Império (1950-1963). Mas quem as lê? Onde estão as outras escritoras? Pretendemos com esse trabalho refletir os meandros da produção, divulgação e circulação dos textos literários angolanos de autoria feminina através da aplicação de um inquérito e da consulta de bibliografia que nos possam fornecer mais subsídios para a compreensão do assunto em discussão.

### **Nota biográfica**

Elsa Josina António, natural de Luanda, Angola, é Mestre em Estudos Lusófonos, pela Universidade da Beira Interior/ Portugal, Licenciada em Ensino da Língua Portuguesa pelo ISCED de Luanda. É professora de Português na Universidade Independente de Angola e no Complexo Escolar do Ensino Especial; doutoranda em Linguística, pela Universidade de Évora. Encontra-se vinculada a essas duas instituições de Ensino (UnIA e Complexo Escolar do Ensino Especial).

**Amosse Mucavele**

(Poeta e jornalista cultural, Moçambique)

*Relações, intercâmbios e tendências da actual literatura dos países de língua portuguesa*

**Palavras-chaves:** Relações, experiência literárias e desafios.

### **Resumo**

Esta comunicação pretende aproximar experiências literárias, editoriais moçambicanas e contemporâneas dos países falantes da língua portuguesa, como forma de alargar a base de diálogo e construção de esferas que se conjugam nas fronteiras e limites da representabilidade nacional, inventariando eventos, obras, revelações e histórias possíveis para internacionalização da literatura de cada país. Trata-se de uma reflexão ampliada a todas geografias literárias, fiel a perfeição das tendências e desafios actuais, que resulta de uma preocupação solidária e ética, sobre as relações entre escritores e instituições literárias de cada país, sei que existem, qual é o seu real papel?, e concluindo, sob olhar das relações, intercâmbios suspensos num espaço menor onde secretamente são discutidos e analisados temas pertinentes do espaço comunitário. É possível pensar numa comunidade de escritores da língua portuguesa hoje com o advento das redes sociais? Que valores trouxeram as redes sociais para a aproximar os eventos literários e a mobilidade editorial? E como pode o advento do mundo virtual mediar as relações interculturais e criar cartografias ou poéticas migratórias que possam divulgar a literatura e seus fazedores além-mar?

### **Nota biográfica**

Amosse Mucavele nasceu em 1987 em Maputo, Moçambique. Poeta e jornalista cultural. Membro fundador e Curador do Templo'D Escritas e Feira do Livro de Maputo. Publicou os livros: *Pedagogia da Ausência*, Alcance editores, 2020. *A Arqueologia da Palavra e a Anatomia da Língua – Antologia Poética*, Revista Literatas, 2013 (coordenação) e *Geografia do Olhar: Ensaio Fotográfico Sobre a Cidade* (editora Vento de Fondo, Córdoba, Argentina, 2016), livro premiado como Livro do Ano do Festival Internacional de Poesia de Córdoba; no Brasil (Dulcineia Catadora Edições, Rio de Janeiro, 2016); em Moçambique (Cavalo do Mar, Maputo, 2017).

**André Victorino Mindoso**

(Faculdade de Letras e Ciências Sociais – UniRovuma, Moçambique)

*A planificação do desenvolvimento inclusivo na agenda governativa em Moçambique: a experiência dos programas quinquenais” do período 2005-2019*

**Palavras-chave:** Desenvolvimento inclusivo; Moçambique; planificação; programa quinquenal de governo; grupos marginalizados.

### **Resumo**

O desenvolvimento inclusivo é uma temática que nas últimas décadas tem estado cada vez mais presente em processos de indução de mudanças sociais desejadas a nível global. Tanto as agências de desenvolvimento internacional quanto os estados nacionais têm visto nela uma forma de incluir segmentos socialmente marginalizados nas suas agendas desenvolvimentistas. Tomando o caso de Moçambique para análise, o artigo procura compreender o entendimento que os planificadores de diferentes governos do país têm do desenvolvimento inclusivo e como isso se reflecte nos esforços para a sua efectivação. Em termos metodológicos, trata-se de um trabalho essencialmente qualitativo e faz a análise documental de Programas Quinquenais de Governos correspondentes aos períodos 2005-2009, 2010-14 e 2015-2019. Os resultados da análise indicam que existe a ausência de uma noção clara de desenvolvimento inclusivo nos documentos de planificação, o que faz com que os grupos-alvo identificados para serem incluídos na agenda de desenvolvimento sejam inconstantes e variem entre os mandatos governamentais. Ao mesmo tempo, a estratégia de inclusão tem-se limitado à dimensão económica, isto é, dando primazia ao mercado na busca pelo dito desenvolvimento inclusivo. Em consequência disso, percebe-se que os planificadores do governo ao elaborarem os Programas Quinquenais de Governo têm em horizonte a busca pelo crescimento económico inclusivo e não necessariamente o suprarreferido desenvolvimento inclusivo, o que dificulta a efectivação desse ideal.

### **Nota biográfica**

André Victorino Mindoso é Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná e docente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Rovuma. Trabalha

com temáticas como: estado e construção de identidades, desigualdades sociais e sociologia do desenvolvimento.

**Belarmino Augusto Lovane**

(Universidade de Los Lagos, Chile)

*Cultura e meio ambiente: relação teórica e contribuições para o desenvolvimento sustentável em Moçambique*

**Palavras-chave:** Cultura; meio ambiente; desenvolvimento sustentável; Moçambique.

### **Resumo**

Qual é a relação entre a cultura e o meio ambiente? É possível integrar as duas dimensões para promover estratégias de cooperação mais sustentáveis? A crise ecossocial que enfrentamos actualmente está relacionada com a percepção errónea sobre o desenvolvimento? É necessário e urgente reequilibrar o sistema mundial, partindo de uma nova concepção das ideias de desenvolvimento, cultura e meio ambiente. Uma concepção que considera a dignidade humana, a finitude dos recursos naturais, a diversidade cultural entre os povos e as suas características sociais. Isso implica abandonar a percepção economicista do desenvolvimento e assumir uma perspectiva socialmente sustentável. Com base na metodologia quantitativa (revisão bibliográfica, entrevistas e observação), a presente investigação analisa a relação entre a cultura e o meio ambiente (sob ponto de vista teórico) e apresenta propostas de cooperação para a promoção do desenvolvimento sustentável. O estudo comparado foi realizado nos municípios da província de Sofala e Manica, no centro de Moçambique e constatou que, apesar de estar reflectido teoricamente na estrutura legal, na prática dos planos de acção municipal o meio ambiente e a cultura continuam sendo tratados como dois escopos independentes e muitas vezes de forma conceptual deturpada.

### **Nota biográfica**

Belarmino A. Lovane faz parte do primeiro grupo de formados em Estudos Culturais no Instituto Superior de Artes e Cultura - Maputo. É Mestre em Ciências Sociais, pela Universidade de Los Lagos e pós-graduado em Direitos humanos na Universidade Austral de Chile. Participa actualmente em dois projectos de investigação pertencentes

ao Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas da Universidade de Los Lagos, Chile, ligados aos processos de desenvolvimento sustentável.

**Ana Miguel Gonçalves Carvalho**

(Universidade Aberta, Portugal)

*A universidade e o mercado de trabalho global*

**Palavras-chave:** Universidade; globalização; estudantes; mercado de trabalho; empreendedorismo.

**Resumo**

A universidade não só em Portugal, mas no “mundo”, vive um complexo processo de transformação, provocado pela evolução da sociedade. As instituições de ensino superior não se encontram desligadas da sociedade e operam num mundo cada vez mais globalizado, verificando-se uma forte pressão social, política e económica sobre elas, nomeadamente no que se refere à relação e interação da investigação e da formação com a economia, as empresas e o mercado de trabalho. A globalização da cultura, da ciência, das tecnologias exige dos estudantes universitários um nível de competência e de formação muito mais sólido e competitivo. E, para conseguir resistir à mudança de paradigma, as universidades têm de aprender a competir no mercado global, em constante evolução. Cada vez mais os estudantes estão atentos aos *rankings* das universidades, às possíveis saídas profissionais, à taxa de empregabilidade, não só a nível nacional, mas também internacional - o mercado de trabalho é também hoje global e sem fronteiras e a concorrência entre as instituições é hoje uma realidade. Para que esta transição educação-emprego não se torne tortuosa, as instituições de ensino superior têm que se familiarizarem com o conceito de universidade empreendedora. Efetivamente temos verificado que as universidades estão, atualmente, mais atentas a estas questões, começando a tornar-se frequente terem as suas próprias incubadoras de empresas, permitindo aos estudantes dar os primeiros passos na vida profissional. Trazer as empresas para os “campus” universitários e permitir a inclusão dos empreendedores nos espaços académicos é uma estratégia de modernidade e de melhor emprego.

## **Nota biográfica**

Ana Miguel Gonçalves Carvalho nasceu em Amarante em 1987 e vive em Viseu. É Licenciada em Direito (2009), pela Universidade Lusíada do Porto, Mestre em Ciências Jurídico-Privatísticas (2011), pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto e frequenta o Programa de Doutoramento em Estudos Globais na Universidade Aberta. Concluiu o estágio da Ordem dos Advogados em 2013 e nesse ano ingressou na Marinha Portuguesa como Técnica Superior Naval (Oficial) na área de Direito, prestando assessoria jurídica ao Chefe do Estado-Maior da Armada. Desde 2016, é Técnica Superior (carreira geral dos trabalhadores em funções públicas), exercendo atualmente funções de jurista na Divisão de Assessoria e Apoio Jurídico da Câmara Municipal de Viseu.

## **Tomás de Azevedo Júlio**

(Universidade Zambeze, Moçambique)

*Análise dos pressupostos para uma gestão sustentável dos resíduos baseado no modelo de economia circular em Moçambique: perspetivas para o ano 2050*

**Palavras-chave:** Resíduos; desenvolvimento sustentável; economia linear; mudança; economia circular.

## **Resumo**

A presente proposta de pesquisa centrará a sua abordagem na análise da situação actual de gestão de resíduos em Moçambique, perspectivas futuras e seus impactos, procurando propor um modelo de gestão de resíduos baseados na lógica de economia circular para as próximas três décadas. Do ponto de vista metodológico, o estudo baseia-se, essencialmente, em pesquisas bibliográficas e terá duas dimensões de reflexão: a análise global e a nacional (Moçambique). A análise global terá como finalidade a contextualização por meio do método analítico dos pressupostos que evidenciam o colapso do actual modelo de gestão de resíduos a nível mundial, principalmente a nível da região da África Subsaariana (onde Moçambique encontra-se geograficamente localizado), região com indicadores actuais e futuros críticos nesse campo. A análise nacional terá como objectivo a projecção analítica das variáveis de estudo para o ano 2050, na dialéctica entre as perspectivas de aumento demográfico, aumento da demanda do consumo de bens e serviços, o incremento da taxa de urbanização e as prováveis

consequências negativas sobre o meio ambiente, evidenciando por meio de indicadores estatísticos, a obsolência do actual paradigma, e consequentemente, a proposta de definição de indicadores de mudança para um modelo ecologicamente sustentável. A reflexão nacional sobre o processo de transição será sustentada pelos métodos árvore-problema e de solução e da metodologia da Teoria de Mudança. Por conseguinte, espera-se que o estudo traga resultados relativamente aos pressupostos com indicadores necessários a adoptar para uma gestão sustentável dos resíduos nos próximos 30 anos em Moçambique.

### **Nota biográfica**

Tomás de Azevedo Júlio é Investigador no Centro de Estudos, Inovação e Formação Avançada (CEIFA) da Universidade Zambeze e Mestre em Gestão Integrada - Meio Ambiente, Riscos Laborais e Responsabilidade Social Empresarial, pela Universidade de Concepción – República do Chile. Recebeu o prémio de melhor estudante moçambicano no Chile no grau de mestrado pela sua aprovação com o nível “Sobressaliente”. Foi docente no Instituto Superior de Administração Pública (ISAP), coordenador da reforma curricular a nível do Instituto Industrial e Comercial Eduardo Mondlane (IICEM), coordenador da Agência de Desenvolvimento Económico da Província de Inhambane para a área de Programas. Tem centrado as suas pesquisas em modelos de desenvolvimento sustentável baseado na lógica de economia circular e participado em vários em eventos científicos nacionais e internacionais sobre a temática.

### **Manuel Gama**

(Universidade do Minho, Portugal)

*Cultura e Desenvolvimento: projetos culturais moçambicanos enquadrados na Agenda 2030*

**Palavras-chave:** Agenda 2020; projetos culturais; mapeamento; Moçambique.

### **Resumo**

O POLOBS-CECS-UM encontra-se a desenvolver, desde o 2.º semestre de 2020, o projeto *Cultura e Desenvolvimento: Projetos culturais e a Agenda 2030*, que, conjugando uma metodologia qualitativa e quantitativa, integra instrumentos e técnicas diversificadas (e.g. análise documental; entrevistas a informantes privilegiados; questionário a

profissionais e organizações, públicas e privadas, do setor cultural; oficinas de formação-ação). Mais do que problematizar a presença da cultura na Agenda 2030 e a importância da cultura para o desenvolvimento sustentável, com este projeto pretendemos identificar, caracterizar e mapear projetos culturais desenvolvidos com o enquadramento da Agenda 2030; e sensibilizar e capacitar profissionais organizações do setor cultural para a importância de desenvolver projetos culturais enquadrados na Agenda 2030. Como resultados do projeto, serão produzidos dossiês temáticos sobre projetos culturais mapeados em diferentes contextos, mas também criado um mapa virtual com os projetos categorizados (e.g. ODS, domínio cultural, destinatários). Considera-se que deste modo, ao colocarmos a tónica na disseminação de práticas de apropriação da Agenda 2030 por parte de profissionais e organizações públicas e privadas do setor cultural, estamos também a sublinhar a importância que ele pode e deve ter no cumprimento da Agenda 2030.

Depois de, em dezembro de 2019, o projeto se ter iniciado na Europa, com a identificação de 278 projetos em Portugal, em maio de 2020 ele foi alargado ao continente americano, com a identificação de 1.586 projetos no Brasil, para em janeiro de 2021 chegar em África. Na presente comunicação, vamos apresentar os resultados preliminares da aplicação, entre 1 de janeiro e 31 de março de 2021, da ficha de registo *online* de preenchimento voluntário para a identificação de projetos culturais moçambicanos enquadrados na Agenda 2030.

### **Nota biográfica**

Manuel Gama tem como áreas de interesse Políticas Culturais; Gestão Cultural; Redes Culturais; Mediação Cultural; Públicos da Cultura; Educação Artística; Criação Artística e Indústrias Culturais. É Pós-doutor em Ciência da Comunicação e Doutor em Estudos Culturais/Sociologia da Cultura, pela Universidade do Minho, Mestre em Educação Artística e Licenciado em Gestão Artística e Cultural, pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo. O seu percurso profissional iniciou-se em 1994, primeiro como ator e depois como encenador e gestor cultural. Foi docente do ensino secundário e superior entre 1998 e 2018. Em 2011, começou a colaborar como investigador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS-UM). Desde 2016, é responsável pelo 2CN-CLab e um dos coordenadores do Observatório de Políticas de Comunicação.

**Pedrito Carlos Chiposse Cambrão**  
(Universidade Zambeze, Moçambique)

*Democracia participativa e governação sustentável no contexto moçambicano*

**Palavras-chave:** Sociedade civil; democracia participativa; cidadania pró-activa; governação sustentável.

**Resumo**

Com este trabalho, queremos aludir que, em tempo de crise de governação, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) são parceiras incontornáveis para uma governação que se pretenda ser consensual e responda aos anseios dos cidadãos, uma vez que são actores complementares da actual democracia – a democracia representativa – visto que, vezes sem conta, é notável que ela, embora seja ainda relevante, não representa cabalmente as necessidades ou aspirações da sociedade, devido a vários factores, entre eles, interferências de organismos internacionais, a falta de cultura democrática nos partidos políticos, onde impera a disciplina partidária, entre outras. Portanto, o conceito de governação, neste trabalho, não é meramente restrito ao Estado/Governo, mas é, sobremaneira, aberto à sociedade civil. A partir deste ponto, sustentamos que, com a democracia participativa, todas as necessidades locais e iniciativas da sociedade são levadas em consideração, pois ela não se cinge em considerar pessoas como objectos no processo democrático, mas como sujeitos do seu próprio destino, ou seja, cidadãos, acima de tudo. Escolhemos como metodologia, a abordagem qualitativa, tendo como técnicas de recolha de dados a análise documental, entrevistas semi-estruturadas e a observação participativa em *workshops*. Moçambique, sendo um país com uma democracia emergente, por isso deficiente e incipiente, precisa optar por este trajecto de democracia participativa, visto ser a condição *sin qua non* para se ter uma governação sustentável, cuja condição para sua eficácia é a indispensável contribuição da sociedade civil organizada, tendo como corolário uma sociedade menos desigual e mais justa social e economicamente.

### **Nota biográfica**

Pedrito Carlos Chiposse Cambrão é Doutor em Sociologia, pela Universidade do Porto, Licenciado em Filosofia Política, pela Universidade São Tomás de Maputo, Bacharel em Teologia, pelo Seminário Maior São Pio X – Maputo, Bacharel em Filosofia e Ciências Religiosas, pelo Saint Bonaventure University College – Lusaka. Foi fundador do Centro de Estudos Culturais e Religiosos do Oceano Índico (CECROI). Foi Director-adjunto para área de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lúrio (UniLúrio) – Ilha de Moçambique. Exerce as funções de Coordenador da Direcção Científica da Universidade Zambeze (UniZambeze). Tem como áreas de pesquisa: Comportamento Social e Organizacional, Políticas Sociais e de Desenvolvimento Sustentável, Organizações da Sociedade Civil, Cultura e Religião. Das publicações se destacam: *Participação da Sociedade Civil na Formulação e Avaliação de Políticas Sociais no Âmbito da Democracia Participativa – o Caso de Moçambique* (2017). *Escrita académica: um olhar sobre as suas atribuições* (2019); *Da Memória e da Tradição Oral à Construção de uma Historiografia Africana* (2019); *Covid-19 e suas Implicações em Moçambique: uma Análise Antropo-sociológica* (2020). Tem participado em Conferências e Congressos nacionais e internacionais. É pesquisador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. É membro do Programa Internacional *University Development and Innovation – África (UDI-A)* da União Europeia. Faz parte da rede de pesquisa da RESAL e da CNPq\_AprendCultOrg.

### **Justino Felizberto Justino**

(Universidade Zambeze, Moçambique)

*As contravenções em Moçambique: breve olhar à sua juridicidade*

**Palavras-chave:** multa, contravenção, proporcionalidade, justiça, culpa.

### **Resumo**

A categoria das contravenções, abandonada por alguns países que a havia adoptado até ao término da II Guerra Mundial, tem particular relevância e actualidade na ordem jurídica moçambicana. Verifica-se, aqui, uma intensa produção de contravenções pelo Governo, Legislador Ordinário e outras entidades reguladoras. Contudo, a pluralidade de contravenções, correspondentes às diferentes áreas de actividades, não é acompanhada de harmonização dos regimes jurídicos, havendo, assim, regimes contravencionais

divergentes, mormente nos domínios de designação, graduação da pena, tratamento da reincidência, prescrição, prazos para o pagamento da multa e tramitação subsequente ao término do prazo do pagamento voluntário. Essa divergência forma um sistema normativo contravencional intrinsecamente contraditório e conflituante com os princípios constitucionais de proporcionalidade, igualdade, justiça, culpa e segurança jurídica, decorrendo, daí, a inconstitucionalidade material. O modelo de fiscalização da inconstitucionalidade moçambicano, por consagrar um regime de controlo de normas e de leis, não se acha apto à fiscalização do sistema normativo contravencional. Por isso, a harmonização dos regimes contravencional e a sua conformação com a Constituição só serão possíveis por lei, que preveja um regime geral das contravenções. A presente comunicação, intitulada “as contravenções em Moçambique: breve olhar à sua juridicidade”, pretende contribuir na reflexão sobre a conformidade do sistema normativo contravencional com os princípios constitucionais de proporcionalidade, justiça, culpa e segurança.

#### **Nota biográfica**

Justino Felizberto Justino, Doutor em Direito, pela Universidade do Porto, Mestre em Ciências Jurídico-Políticas, pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), e Licenciado em Direito, pela UEM, é Professor Auxiliar na Universidade Zambeze e Advogado. Tem algumas publicações, como: (i) “Os Três Poderes do Estado: quadro constitucional e avaliação ética” (2020); (ii) “Constituição Normativa e Paz em Moçambique: o Ponto de Arquímedes de Paulo Ferreira da Cunha” (2020) (iii) *O regime jurídico do acesso de cidadãos à justiça constitucional moçambicana em fiscalização concreta à luz da Constituição de 2004*. Editorial Fundza, Beira, 2018. (iv) “Obstáculos jurídico-constitucionais e convencionais da SADC à funcionalização de um tribunal constitucional internacional (2018)”. (v) “A sindicabilidade da conformidade das normas constitucionais em Moçambique”. (2017). (vi) “A testagem obrigatória como alternativa à prevenção e combate ao HIV-SIDA na Função Pública Moçambicana” (2009).

**Bárbara Natália Lages Lobo**

(Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões / Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas Ratio Legis, Portugal)

*O direito à cidade: biopolítica, ambiente e direitos humanos em “Aquarius”*

**Palavras-chave:** Direito à cidade; biopolítica; Direitos Humanos; cinema; *Aquarius*.

### **Resumo**

*Aquarius*, filme produzido em 2015, com estreia mundial em maio de 2016, no 69º Festival de Cannes, escrito e dirigido por Kleber Mendonça Filho, resulta de co-produção brasileira e francesa. É importante obra para análise do direito à cidade, a partir de uma perspectiva biopolítica, pois as dinâmicas sociais, económicas e políticas retratadas pelo filme acontecem na realidade das cidades brasileiras e em várias outras do mundo. A opressão de pessoas pela disposição espacial e pela lógica especulativa imobiliária do sistema capitalista, é retratada no filme que apresenta o panorama socioeconómico brasileiro, nas intersecções gênero, raça e classe, nas diversas personagens e relações apresentadas. A obra versa sobre a insurreição de Clara, protagonista de 65 anos, mulher viúva, interpretada por Sónia Braga. Ela é a última moradora do “Edifício Aquarius”, Praia da Boa Viagem, em Recife, e recebe insistentes propostas da segunda maior construtora da cidade para a venda do seu apartamento, mas se recusa a vendê-lo, por nutrir afeto pelo espaço onde mora, sua localização e as memórias de sua vida ali insculpidas. O objetivo da construtora é a demolição do prédio para construir um condomínio de luxo, inscrição do *modus operandi* do mercado imobiliário, em cuja órbita gravitam relações políticas, religiosas e mediáticas, configurando-se jogos complexos de poder que estruturam vidas nas cidades brasileiras. Marginalização, discriminação, necropolítica, gentrificação, deterioração ambiental e pobreza também são retratadas na obra, que se apresenta como um manual para análises sobre Biopolítica, Ambiente e Direitos Humanos no contexto do Direito à Cidade.

### **Nota biográfica**

Bárbara Natália Lages Lobo. Jurista. Escritora. Doutora e Mestra em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós-Doutoramento em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Professora da Universidade Autónoma de Lisboa nos Departamentos de Direito e Ciências da

Comunicação. Investigadora no Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Jurídicas *Ratio Legis*. Autora dos livros *Estrela* (2020) e *O Direito à Igualdade na Constituição Brasileira* (2013); 2ª edição (2016). Professora convidada na Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2019). Professora Assistente e Adjunta na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2008-2017). Servidora do Tribunal Regional do Trabalho 3.ª Região (2006-2019). Áreas de atuação: Direitos Fundamentais, Direitos Humanos e Direito Constitucional; Direito Ambiental e Direitos da Natureza; Direitos Sexuais; Direitos Econômicos e Sociais.

**Elnora Gondim**  
(UFPI, Piauí, Brasil)

*John Rawls e a justiça como equidade*

**Palavras-chave:** Rawls; justiça como equidade; uma teoria da justiça; o liberalismo político; evolução do pensamento.

### **Resumo**

A filosofia de John Rawls, filósofo norte americano, é denominada ‘justiça como equidade’. Tal teoria visa à resolução das questões sobre desigualdades que ocorrem nos sistemas político-liberais. Para tanto, Rawls elege a justiça como princípio norteador na construção da sua obra. É consenso que ‘Uma Teoria da Justiça’ (1971) representa o ponto de inflexão para a sistematização do conceito de ‘justiça como equidade’. No curso de suas obras posteriores, Rawls procura corrigir inconsistências da TJ, culminando com a publicação de ‘O Liberalismo Político’ (2000), no qual, dentre outras coisas, é feita uma restrição teórica à esfera política. A evolução do pensamento de Rawls, entre 1951 e 2000, é nítida: vários artigos e conferências são publicados com o intuito de fornecer uma fundamentação mais sólida para a questão da justiça. Em o Liberalismo Político (2000), por exemplo, o que justifica a concepção de pessoa e sociedade é o pressuposto de uma cultura pública democrática. Uma sociedade pode ser considerada democrática somente quando, seguindo e operando os seus princípios de justiça, pode ser definida como ‘bem-ordenada’, ou seja, quando, no interior de uma cultura política efetivamente pública, subsiste uma compreensão de sociedade como um sistema equitativo de cooperação entre pessoas reconhecidamente livres e iguais, pois afirmar que uma sociedade é ‘bem

ordenada' implica o conceito duma sociedade na qual cada um reconhece e sabe que os demais também reconhecem a mesma concepção política de justiça e os mesmos princípios de justiça política.

**Nota biográfica**

Elnora Gondim, mestrado em Filosofia (PUCSP), doutorado em Filosofia (PUCRS), professora de Filosofia (UFPI), Coordenadora\ EAD\ Filosofia\UFPI, Chefe do Departamento de Filosofia\UFPI\ Piauí\ Brasil'.

## SESSÃO DE ENCERRAMENTO

**Fernando Pessoa Cafunda**

(Coordenador Nacional da Área Académica)

*Exmo. Sr. Reitor da Universidade de Zambeze*

*Senhores Oradores,*

*Ilustres Convidados,*

*Minhas Senhoras e meus Senhores,*

Chegámos ao fim da IIª Conferência Internacional sobre Cultura e Sociedade. Porém, as minhas primeiras palavras são de agradecimento, por estarmos aqui reunidos e percebermos que o diálogo cultural constrói pontes, como refere a filosofia de vida Ubuntu “Eu sou por que nós somos”. A escolha que fizemos é a mais nobre, porque é a que mais de perto fala à alma, reflecte uma política de constituição do comum. Esta Conferência é bem a forma perfeita de estreitar laços de amizade e caminho de intercâmbio cultural, não pode falhar neste sentido, porque seria pecar contra o seu valor e as suas conclusões.

Senhoras e Senhores!

Esta sessão de encerramento é bem a rememoração de ideais, de trabalhos, de iniciativas, nascidas dentro das discussões e apresentações de temas, unidos pela camaradagem comum. Podemos afirmar que esta Conferência se encerra, não esterilmente, alguma coisa de útil foi realizada, pois, procurámos cultivar a verdade e a ciência. Saímos daqui mais fortes, porque as nossas convicções e os nossos valores foram meios de reflexão e unidade na diversidade. Saímos daqui mais conscientes, porque os contributos que aqui foram apresentados foram muito relevantes para nos ajudarem na nossa acção futura como membros dos nossos países.

Como falámos nas nossas línguas nacionais, em nome do Movimento Cultural e Literário Lev 'Arte Angola, só temos a dizer: Ngasakidila, Tuapandula, Obrigado, companheiros.

Luanda, 28 de Maio de 2021.

**Esperança Luieca Ferraz**  
(UL-FaArtes, Angola)

*Nota final*

*“A cultura de um povo é a identidade de cada nação no espaço cultural multicultural como é a sociedade em que estamos inseridos”.*

Com passos firmes, o caminho é sempre para a frente. Um pouco tímidos, começamos em Angola, mas com a certeza de que íamos avançar nesta senda da divulgação das literaturas e culturas em língua portuguesa. Já estamos em Moçambique. Demonstramos que a humanidade consegue adaptar-se aos momentos, de forma reflexiva e progressista. Isso porque, infelizmente, no ano passado, tivemos de adiar o nosso evento devido a esta pandemia que o mundo enfrenta e que o está a obrigar a se reinventar. São novas as atuações no palco social, mas o homem vem demonstrando que consegue viver na adversidade, e, felizmente, com a ajuda do mundo virtual tudo é possível, mormente por termos uma equipa unida. O nosso muito obrigado aos nossos parceiros que estão connosco desde o início e aos que se juntaram nesta caminhada, que terá vida longa, sem dúvida. Juntos vamos continuar a fazer acontecer este encontro científico que já é uma referência nesse âmbito.

Luanda, 28 de Maio de 2021.  
Esperança Madalena Luieca Ferraz.

**Pedrito Carlos Chiposse Cambrão**  
(Universidade Zambeze, Moçambique)

*Discurso de encerramento*

Esta II Conferência Internacional sobre “Culturas e Sociedade - Que Literacia(s) para a justiça económica e social?” forneceu ferramentas analíticas que possibilitam uma leitura da realidade que vai para além do imediatamente visível, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de relações sociais menos desiguais e de sociedades mais justas e, obviamente, prósperas económica e socialmente.

Produzir conhecimento sobre a realidade social implica romper os obstáculos da construção do conhecimento científico, nomeadamente, romper com as ideologias. Como afirma Caldas (2011), “a nossa perspectiva é a de cientistas sociais, que cultivam o primado da razão, do bom argumento e da observação do mundo, relativamente ao dogma, ao poder ou a interesse particular”. Ou, então, como afirma Morin (1992: 220), “temos necessidade, (...), de uma geração de teorias abertas, racionais, críticas, reflexivas, autocríticas, aptas a autorreformarem-se, ou mesmo a auto-revolucionarem-se”.

É neste contexto que a Universidade Zambeze (UniZambeze) reconhece e agradece o empenho de todos os oradores e organizadores do evento, pelo facto de terem procurado reflectir sobre o caminho da sustentabilidade económica e social, nos dias de hoje. Os textos mostram a diversidade de temáticas de alto impacto científico e social. A UniZambeze expressa o seu pedido aos vários actores sociais, políticos e económicos para que considerem estes estudos como recomendações para criação de políticas público-sociais ajustadas à realidade da sociedade contemporânea.

Para tal, é preciso que nos unamos, nos organizemos, pois sem organização não há luta, perde-se o sentido do colectivo no “salve-se quem puder”, somos desapossados do nosso poder cidadão. Então, continuemos organizados, realizando mais conferências impactantes, pois “a união faz a força”, unidos somos mais fortes e, logicamente, faremos proezas. Esperamos, a breve trecho, encontrarmo-nos numa III conferência. Por isso, encorajamos, em nome da Universidade Zambeze, mais consórcios que tornem as universidades cada vez mais globais.

Beira, 28 de Maio de 2021.

## **Hilarino da Luz**

(Departamento de Estudos Portugueses e CHAM\*, NOVA FCSH/UAc)

### *Palavras de encerramento*

#### **Resumo**

Se cada pessoa é ela própria e as suas circunstâncias, cada época histórica é o modo como, no intervalo de tempo a que essa época dá um nome, actualiza a identidade dos povos para que possam aproveitar as oportunidades e responder aos desafios, no quadro de possibilidades que a corrente dos acontecimentos vai abrindo. (Martins, 2015: 325).

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Os acontecimentos podem mudar os hábitos e os projectos, metamorfaseando as tradições e muito do que se presumia ser imutável. Não vivemos tempos de certezas e de respostas prontas. Vivemos, sim, tempos de incertezas e interrogações.

Ora, esta é a “II Conferência Internacional sobre Literaturas e Culturas em Língua Portuguesa” projetada no âmbito do meu projecto de Pós-Doutoramento, e que teve a sua primeira edição no ISCED-Luanda, Angola, nos dias 27 e 28 de Novembro de 2019, visando homenagear o multifacetado Ruy de Carvalho, um português de nascimento que adquiriu a nacionalidade angolana. Infelizmente, por causa desta fase pandémica, que o mundo vive, não conseguimos realizar a sua segunda edição, em Setembro de 2020, que agora realizamos de forma virtual, com uma extensão temática.

É um privilégio participar no seu encerramento e agradecer a presença dos mais de 50 participantes de diferentes países e universidades, que contribuíram para o seu sucesso.

Foi um prazer assistir à extensa adesão dos investigadores e dos demais participantes às actividades aqui promovidas. Quero, ainda, deixar um especial agradecimento ao CHAM, Centro de Humanidades, em especial à sua Directora, Professora Doutora Cristina Brito; ao Director da FCSH/Universidade Zambeze, Professor Doutor Martins Mapera; à Professora Doutora Ana Maria Martinho, Coordenadora da Linha de Estudos Africanos do CHAM; à Professora Doutora Maria do Rosário Monteiro, Coordenadora do Grupo

---

\* CHAM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa.

Cultura e Literatura, igualmente, do CHAM; ao Director do Centro de Estudos Multidisciplinares (CEM) Eduardo Augusto Kambwa do ISCED-Luanda, Professor Doutor Mbiavanga Fernando; ao Coordenador do Movimento Literário e Artístico Lev'Arte, Dr. Carlos Eva; ao Director do CECS da Universidade do Minho, Professor Doutor Moisés de Lemos; ao Senhor Embaixador de Cabo Verde em Angola e Moçambique, Dr. Jorge Figueiredo; e a toda a Comissão Organizadora que trabalhou arduamente na concretização deste evento.

A todos, um muito obrigado!

Lisboa, 28 de Maio de 2021.